

50

COLEÇÃO "MOZAICO"

DIREITO

- 1 — RUDOLF VON JHERING — *A luta pelo direito.*
- 2 — JEAN CRUET — *A vida do direito.*

DIDÁTICA

- 1 — JOÃO AMOS COMENIO — *Didática Magna.*

SOCIOLOGICA

- 1 — RUDOLF ROCHER — *A Insuficiência do Materialismo Histórico.*

COLEÇÃO "REX"

ENSAIOS LITERÁRIOS

- 1 — CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE — *Passeios na Ilha* (1952).
- 2 — AUGUSTO MEYER — *Machado de Assis* (1952) 2.ª edição.
- 4 — JOSÉ LINS DO REGO — *A Casa e o Homem* (1954).
- 3 — OTTO MARIA CARPEAUX — *Retratos e Leituras* (1953).
- 5 — DJACIR MENEZES — *Evolução do Pensamento Literário no Brasil* (1954).
- 6 — ELMO ELTON — *O Noivado de Bilac.*
- 7 — ARGEU GUIMARÃES — *Presença de Sílvia Romero.*
- 8 — OCTAVIO BRANDÃO — *Os Intelectuais Progressistas.*
- 9 — ARGEU GUIMARÃES — *Cafarnaum.*
- 10 — BRITO BROCA — *Machado de Assis e o Conseqüente Aires.*
- 11 — JOSUÉ MONTELLO — *Estampas Literárias.*
- 12 — AFRÂNIO COUTINHO — *Capistrano de Abreu.*

COLEÇÃO "MACHADO DE ASSIS"

- 1 — ASCENDINO LEITE — *A Viuva Branda.*
- 2 — ELVIRA FOEPEL — *Chão e Poesia.*

PEDIDOS A

ORGANIZAÇÃO SIMÕES EDITORA

RUA MÉXICO, 31 SOBRELOJA GRUPO 203  
RIO DE JANEIRO

RUDOLF  
ROCKER

RELIGIÃO E POLÍTICA

INSUFICIÊNCIA DO MATERIALISMO HISTÓRICO

RUDOLF ROCKER

A INSUFICIÊNCIA DO  
MATERIALISMO HISTÓRICO



RELIGIÃO E POLÍTICA

COLEÇÃO "MOZAICO"

320.5  
R675i

ORGANIZAÇÃO  
SIMÕES"  
EDITORA

1

## COLEÇÃO "REX"

### FILOLOGIA:

- 1 — GLADSTONE CHAVES MELO — *A Língua e o Estilo de Rui Barbosa* (1950).
- 2 — M. SAID ALI — *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* (1951) — 2.ª edição, revista.
- 3 — GLADSTONE CHAVES DE MELO e SERAFIM SILVA NETO — *Conceito e Método de Filologia* (1952).
- 4 — ALMIR CÂMARA DE MATOS PEIXOTO — *O Elemento-Primeiro em Lingüística* (1952).
- 5 — JOSÉ OITICICA — *Teoria da Correção* (1952).
- 6 — PEDRO A. PINTO — *Regência de Verbos na Réplica de Rui Barbosa* — 2.ª edição.
- 7 — ANTENOR NASCENTES — *O Linguajar Carioca* (1952) — 2.ª edição completamente refundida.
- 8 — CLEONICE BERARDINELLI — *Cantigas de Trovadores Medievais em Português Moderno* (1953).
- 9 — J. MATTOSO CÂMARA JR. — *Contribuição à Estilística Portuguesa* (1953) — 2.ª edição ampliada.

Neste trabalho, que é uma 2.ª edição de uma tese apresentado em Concurso aprovada com distinção grau 10 por todos os cinco examinadores, o Autor procura situar os estudos estilísticos no campo da Lingüística. Para ele não há uma estilística lingüística antagônicas ou sequer distintas. A base da estilística é o emprego da linguagem nas funções de exteriorização psíquica e de apêlo. A estilística literária tem que se construir nesta base.

O autor firma o seu ponto de vista teórico numa PARTE I e numa PARTE II faz a aplicação dessa doutrina a língua literária portuguesa, estudando especialmente escritores modernos brasileiros, como Raimundo Cor-

## A INSUFICIÊNCIA DO MATERIALISMO HISTÓRICO



RELIGIÃO E POLÍTICA

LR

ALGUMAS OBRAS DE RUDOLF  
ROCKER

Die Entscheidung des Abendlandes  
— Hamburg, 1949.

Nacionalismo y Cultura — Ed. Imán,  
B. Aires, 1944.

Juventud de un Rebelde (1º volume  
das suas confissões) — Ed. Ame-  
ricalee, B. Aires.

En la Borrasca (2º volume das suas  
confissões) — idem.

Revolución y Regresion (3.º volume)  
— idem.

Pioneers of American Freedom.  
Influência das Idéias Absolutistas  
no Socialismo. Ed. Sagitário, S.  
Paulo, 1947.

Ideologia y táctica del Proletariado  
Moderno — Publicaciones Mun-  
dial, Barcelona.

La Segunda Guerra Mundial — Ed.  
americalee. B. Aires, 1943

RUDOLF ROCKER



A insuficiência do  
materialismo histórico



Religião e Política

TRADUÇÃO DE

DANIEL B. DE BRITO



«ORGANIZAÇÃO SIMÕES» EDITORA  
RIO 1956

PALO NILDO ROBLINO NUNHA  
LBRARICA PARA O CENTRO  
DE CULTURA SOCIAL-SR  
COM NESTA LIVRO ABRA  
VAM OS CARINHOS DA LIBER  
DADA HUMANA NA SUA LUTA  
CONTRA AS AUTORIDADES IMA  
CIONAIS DO ESTADO E DA  
IGREJA.

RIO 1º DE MAIO 2006  
C. DANOS

Rudolf Rocker: Algo do homem e da obra

Eis aqui uma palavra diferente: a de Rudolf Rocker. Enquanto os sociólogos acadêmicos e socialistas "científicos" soem extratificar o ser humano e tratá-lo como número, abstração, esparecendo sobre a planície e omitindo os acidentes do terreno, Rocker vasa-o de modo diverso; fala, como disse Nenclores, "de dentro do homem". Sente-se nele a força da intelectualidade, mas também o vigor do idealismo; um bom-senso esmagador, mas também tal vida em cada palavra, e tal inflexibilidade em cada sentença que, como a Nietzsche, só há por onde hesitar entre o situá-lo como filósofo ou como poeta. Pois há nele completa identidade entre o pensar e o sentir. Quanto escreve, flui de sua personalidade inteira. Assim valem também para Rocker as palavras que ele próprio teve para com Kropotkin: "é um homem de uma só peça; não há nada de duvidoso nele." Tal o homem, tal a obra.

Nascido em Mogúncia, começou como aprendiz de encadernador e cedo fez-se social-democrata, evoluindo lentamente para o anarquismo. Estudando intensamente e ligando o

*pensamento à ação, tornou-se Rocker a alma do movimento chamado "dos jovens", e seu mais hábil conferencista. A reação de seu país exilou-o e a dos outros jamais lhe deu tréguas, por que Rocker sempre foi aquêle tipo de agitador definido por Oscar Wilde: "um indivíduo que cai num meio perfeitamente satisfeito e espalha as sementes da insatisfação". Por isso, veio a percorrer grande parte da Europa e a aprender quase tôdas as principais línguas vivas. Paris, Londres, Amsterdam, Estocolmo e Madrid foram, entre muitos outros, pontos em que, ante largos auditórios de trabalhadores e intelectuais, muitas vêzes se fêz ouvir seu verbo ardente, luminoso e inflexível. Durante a primeira guerra mundial, estando na Inglaterra foi ali internado como súdito alemão, embora o soubessem inimigo acirrado de tôda forma de apressão, a começar pela do Kaiser. No campo de prisioneiros, onde passou por ignominiosos vexames, organizou êle uma verdadeira universidade de estudos sociais e humanos, rasgando novos horizontes ante quantas inteligências ali se encontravam. Alguns anos militou entre as anchas camadas de trabalhadores judeus provindos da Europa oriental, que haviam encontrado refúgio na Inglaterra; também entre êles realizou trabalho de verdadeiro apóstolo, iniciando pobres e*

*incultas massas de operários tanto nos mais complexos problemas humanos, quanto nos mais mimosos segredos da literatura e das artes plásticas; apesar de sua ascendência cristã, aprendeu sua língua e veio a tornar-se nela grande estilista. Escreveu em "yiddish" vários trabalhos e traduziu para êsse idioma tôda uma copiosidade de grande obras da literatura universal. De volta a Alemanha, ali permaneceu até a ascensão de Hitler ao poder, quando foi obrigado a fugir, conduzindo como único bem o manuscrito de "Nacionalismo e Cultura". Vive hoje nos Estados Unidos, e, em que pese aos seus 80 anos de idade, em nada extinguiu-se o fôgo de seu idealismo, pois, além do trabalho pioneiro que realiza em prol de um novo tipo de vida comunal, fluem incessantemente de sua pena artigos, livros e folhetos, os quais, reunindo as vibrações de sua multilateral cultura, servirão ainda um dia de lume para uma nova raça, que, livre de peias e preconceitos, abandone a crença na inevitabilidade do jugo e marche resoluta para a construção de um novo amanhã.*

D.B.B.

### *Prefácio do Tradutor*

*Ambos os trabalhos que ora apresentamos constituem parte da magistral obra de Rudolf Rocker Nacionalismo e Cultura, cuja versão original apareceu por vez primeira em Hamburgo, em 1949, sob o título: Die Entscheidung des Abendlandes (A Decisão do Ocidente).*

*Antes do original, todavia, houveram aparecido já várias traduções. A primeira foi impressa em Barcelona, em 1937, e é de autoria de Diego Abad de Santillán. Entrementes, vieram à luz versões inglesa, holandesa, sueca e dinamarquesa da mesma obra.*

*Servimo-nos, para a presente versão, do original de Hamburgo que, havendo aparecido após a guerra, foi objeto de pequenos enxêrtos por parte do autor, diferindo algo das traduções já publicadas. Excusado é dizer que, em tôda a marcha do trabalho, tivemos à mão a excelente tradução de Santillán. Sem afetar a independência da nossa, foi-nos ela bastante útil em sugestões; como, aliás, era natural que assim fosse, se atentarmos ao fato de ser-lhe o autor, não sômente grande conhecedor da lín-*

*gua de Goethe, mas também íntimo amigo de Rocker e profundamente versado em suas idéias, delas possuindo formação nos livros e na vida a que nós, com 25 anos de idade e plantados no Brasil, longe estamos de poder sequer aspirar.*

*Devemos agradecer, outrossim, a José Oiticica pela gentil colaboração que nos prestou, revendo-nos, aqui e ali, o vernáculo e orientando-nos a volvência, em português, de mais de uma palavra ou passagem difícil do original. O valor dessa ajuda poderão aquilatar quantos conheçam alemão e saibam o árduo que é traduzir assuntos desta natureza de uma língua tão superior à nossa em terminologia abstrata e em recursos para a formação de neologismos.*

D.B.B.

## A INSUFICIÊNCIA DO MATERIALISMO ECONÔMICO

Quanto mais profundamente se examinam as influências políticas na História, mais se chega à conclusão de que a "vontade de poder" tem sido, até aqui, um dos alicerces mais vigorosos no desenvolvimento das sociedades humanas. A concepção que pretende ver em todo acontecimento político e social somente um resultado de condições econômicas dadas, das quais dependa, exclusivamente, o seu esclarecimento, não resiste a uma consideração mais demorada. O fato de influírem condições econômicas e formas especiais de produção na história do desenvolvimento das sociedades humanas não é novidade para ninguém que seriamente porfie por chegar ao fundo dos problemas sociais. Tal fato era já há muito conhecido, antes de que Marx se abalasse a explicá-lo a seu modo. Uma geração inteira de renomeados socialistas franceses, entre os quais Saint Simon, Considérant, Louis Blanc, Proudhon e muitos outros, já havia assinalado em seus escritos essa comprovação e é bem sabido que Marx chegou ao socialismo exatamente pelo es-

tudo dêsses escritos. No mais, está o reconhecimento do significado das condições econômicas na conformação da sociedade na própria essência do socialismo.

Não é a afirmação dessa doutrina histórico-filosófica o que mais chama a atenção no Marxismo, mas a forma inflexível com que expressa êsse conhecimento e a modalidade de pensamento com que cimenta Marx a sua concepção. Sente-se ali claramente a influência de Hegel, de quem Marx foi discípulo. Só o filósofo do absoluto, o descobridor das "necessidades e missões históricas" poderia incutir-lhe tal segurança de juízo e levá-lo à crença de que havia chegado ao conhecimento das "leis da física social", segundo as quais todo acontecimento social há de ser considerado reflexo de necessidades naturais. De fato, chegaram os seguidores de Marx a comparar o *Materialismo Econômico* às descobertas de Copérnico e Kepler e não foi nenhum outro senão o próprio Engels o afirmante de que, à luz dessa nova explicação da História, o socialismo se havia transformado em ciência.

O erro fundamental dessa concepção reside em equiparar as causas dos acontecimentos sociais às causas dos fenômenos físicos. A ciência ocupa-se exclusivamente dos acontecimentos que se desenvolvem dentro do grande

quadro a que chamamos natureza; por isso mesmo, ligados a tempo e espaço e acessíveis aos cálculos do intelecto humano, pois a natureza é o mundo das relações internas e das necessidades mecânicas, no qual cada acontecimento se desenvolve de acôrdo com leis de causa e efeito. Nêsse mundo não há nenhuma *necessidade*; qualquer arbitrariedade é nêle inconcebível. Nêsse terreno conta a ciência sômente com fatos restritos: um só fato que não se deixe enquadrar na teoria pode derrubar pela base o edifício mental mais engenhoso. No mundo das especulações metafísicas e das ações práticas pode ter validade a máxima: "a exceção confirma a regra"; para a ciência, jamais. Se bem possuam as formas envolvidas pela natureza diversidade infinita, está cada uma delas submetida a leis imutáveis. Cada movimento no tôdo obedece a normas estritas e inflexíveis; como também a natureza física, não se sotopõe ao livre-arbítrio de nossa humana vontade: são parte de nós mesmos, sem o que nossa existência seria inconcebível. Nascemos, alimentamo-nos, expulsamos as substâncias inassimiladas, movemo-nos, reproduzimo-nos e morremos sem que dêsse curso regular possamos alterar cousa alguma. Operam aqui necessidades independentes de nossa vontade. O homem pode pôr as forças da na-

tureza a seu serviço; pode, até certo ponto, conduzir seus efeitos por determinados caminhos, mas não pode suprimi-los. Tampouco somos capazes de excluir os acontecimentos que condicionam nossa vida física. Podemos afinar suas manifestações externas e amiúde adaptá-las à nossa vontade, mas aos próprios fatos não podemos extirpar de nossa vida. Não somos obrigados a comer o alimento tal qual o encontramos na natureza nem a estirar-nos a descansar no primeiro lugar apropriado, mas não podemos fazer menos que comer e dormir, se não quisermos que nossa vida tenha um fim prematuro. Neste mundo de necessidades ineludíveis, não há lugar para o voluntarismo humano.

Foi justamente essa regularidade férrea na oscilação permanente dos fenômenos do mundo e do universo que trouxe a muitas cabeças engenhosas a idéia de que também os acontecimentos da vida social humana estão submetidos às mesmas necessidades incoercíveis do processo natural, em vista do que são igualmente calculáveis e explicáveis por métodos científicos. A maior parte das concepções históricas estriba-se nessa concepção errônea, que só pôde aninhar-se no cérebro dos homens por haverem estes equiparado às leis que regem a existência física aquela determinação

humana que se encontra na base de todo acontecimento social; em outras palavras: por terem confundido as necessidades mecânicas de processos naturais com propósitos e intenções dos homens, os quais só podem ser tomados simplesmente como manifestações de sua vida psíquica.

Não negamos que também na história existam relações internas que, como na natureza, se deixem deduzir de leis de causa e efeito; entretanto, nos acontecimentos sociais, é isso produto de meras causalidades de determinismo humano, enquanto na natureza o é sempre de necessidades físicas. Os últimos se desenvolvem sem nosso assentimento; os primeiros não são mais que representações de nossa vontade. Noções religiosas, conceitos éticos, hábitos, costumes, tradições, concepções jurídicas, condições da propriedade, formas de produção etc., não são suposições necessárias em nosso ser físico, mas tão somente resultados de nossas finalidades preconcebidas. Toda finalidade é todavia questão de fé, que escapa aos cálculos científicos. No reino dos fenômenos físicos existe somente *a probabilidade: pode ser que seja; mas também pode ser que não seja.*

Todo fato que irrompe de nosso ser físico e sobre ele influi se processa à revelia de nossa vontade. Cada fato social todavia surge por

obra de propósitos humanos e de humanas finalidades. Se por um lado se arrola dentro dos limites de nossa vontade, por outro não se submete ao conceito do naturalmente necessário.

Quando uma índia Flathead comprime o crâneo do filho recém-nascido entre duas tábuas para que assim adquira a forma necessária, não se presupõe nenhuma necessidade, mas um costume que tem suas raízes lançadas nas humanas crenças. Se os homens adotam a poligamia, a monogamia ou o celibato como condição de vida, é isso questão de finalidade humana, que nada em comum tem com necessidades físicas. Tôda concepção jurídica é questão de crença, e, como tal, não está condicionada por nenhuma necessidade física. O fato de ser o homem maometano, judeu, cristão ou idólatra de Satanás, não observa a mínima relação com necessidades físicas. Pode êle igualmente em qualquer condição econômica e submeter-se a qualquer sistema político sem que, de nenhum modo, sejam alteradas as leis a que está submetida sua existência física. Uma súbita falha da lei de gravitação universal seria incalculável em suas conseqüências; uma paralização repentina de nossas funções biológicas equivale à morte. Mas a existência física dos homens não sofreria o mínimo abalo

com o desconhecimento das leis de Hamurabi, dos ensinamentos pitagóricos ou da concepção materialista da História. Não se emite com isso nenhum juízo de valor, mas sòmente se testemunha um fato.

Todo o resultado de finalidades humanas é para a existência social dos homens de inegável importância, mas é preciso que afinal se deixem de considerar os fenômenos sociais como manifestações forçosas de acontecimentos naturalmente necessários, pois semelhante concepção só pode conduzir aos piores sofismas e contribuir para extraviar incuravelmente nossa compreensão dos problemas históricos.

É sem dúvida a tarefa de pesquisador da história determinar relações internas entre fenômenos históricos e dêles esclarecer causas e efeitos; mas não vá êle esquecer-se de que tais relações são de natureza bem diversa daquelas que se verificam nos acontecimentos físicos, pelo que devem merecer apreciação bem diferente. Pode um astrônomo predizer um eclipse solar ou o aparecimento de um cometa com segundos de exatidão. Foi aliás dêsse modo que se pode determinar a existência do planeta Netuno antes que o mesmo houvesse sido visto por olho humano. Mas uma tal previsão sòmente é possível quando se tratam de fenômenos físicos; para cálculos de

motivos e finalidades humanas não se encontra medida exata, pois não são essas acessíveis a nenhum cálculo. É impossível prevêr ou supor o destino de povos, raças, nações ou quaisquer outros agrupamentos sociais; nem mesmo do que já passou temos nós um esclarecimento definitivo. A História é somente o grande domínio dos propósitos humanos; por isso toda a concepção histórica é questão de crença, que só pode estribar-se no melhor dos casos em conjeturas, mas que nunca possui por si mesma segurança inabalável.

A assertiva que se arroga a capacidade de determinar o destino dos edifícios sociais através de supostas leis de "física social" não tem maior significação que os juramentos daquelas mulheres sábias, pretendentes a deduzir das linhas da mão ou da bôrra do café a previsão dos destinos humanos. Certamente, é possível apresentar um horóscopo para povos e nações; convenhamos, entretanto, que as profecias da astrologia política e social não têm maior valor que as predições daquêles que pretendem deduzir os destinos humanos das constelações estelares.

É inegável que possa uma concepção histórica também encerrar pensamentos que contribuam para esclarecimentos de fatos históricos; opomo-nos somente à assertiva de que a

marcha da história esteja sujeita a leis idênticas às que governam os fenômenos físicos e mecânicos da natureza. Essa falsa afirmação, de modo algum fundamentada, oculta ademais outro perigo: logo que se acostuma um a misturar no mesmo gral causas de fenômenos naturais com causas de acontecimentos sociais, inclina-se por aí afora a buscar sempre uma causa fundamental que encarne de certo modo a lei de gravitação social, lei esta que fundamenta todo o acontecimento histórico. Quando chega um a tal ponto, aí, então, começa a passar por alto tanto mais facilmente tôdas as outras causas da estruturação social e as interdependências que delas brotam.

Tôda a concepção que visa a melhora das condições sociais de vida entre os homens é fundamentalmente representação de um desejo, e, por si mesmo, não possui mais que a probabilidade. Onde se trata disso, entretanto, tem seus limites a ciência, pois toda a probabilidade descança unicamente sobre suposições, que não se deixam nem calcular, nem pesar, nem medir. É certo que se pode recorrer para a fundamentação de uma concepção do mundo e da vida, como por exemplo o socialismo, também a resultados de investigações científicas; mas não por isso há de con-

verter-se tal concepção em ciência, pois a materialização de seus objetivos não está ligada a processos forçosamente comprovados, com os fenômenos da natureza física. Não há nenhuma lei na História que mostre o curso de toda a atuação social dos homens. Onde quer que se haja esboçado o esforço de provar semelhante lei, logo se fez sentir a completa insuficiência do ensaio.

O homem só se acha incondicionalmente submetido às leis de sua existência física. Não pode ele mudar sua constituição, nem suprimir as condições fundamentais de sua existência biológica ou transformá-las de acordo com sua vontade. É-lhe impossível evitar seu próprio aparecimento sobre a terra, como também o é impedir o fim de sua trajetória terrestre. Tampouco está nos limites de sua vontade desviar do curso o planeta a que está ligado seu círculo de vida: Quer queira, quer não, tem de aceitar todas as conseqüências desse movimento da terra no universo, sem que possa mudá-lo no mais mínimo. Resultado de sua vontade e de sua ação, entretanto, não está a forma de sua vida social ligada à rigidez dessas necessidades. Suas condições sociais de vida, pode ele atribuí-las a predestinações de uma vontade divina ou a conseqüências de leis imutáveis alheias à sua vontade: nesse caso a

crença paralizará sua vontade e levá-lo-á a adaptar-se às condições dadas. Todavia, pode ele também convencer-se de que todo o existir social possui somente um valor relativo, mutável por mão humana e por espírito humano. Neste caso procurará ele substituir as condições sociais sob as quais vive, por outras, e dar uma nova conformação à sua vida social.

Pode o homem conhecer as leis cósmicas tão cabalmente quanto queira, mas mudá-las, isso nunca, pois não são obra sua. Toda a forma de sua vida social é entretanto obra sua; toda a instituição social que lhe haja legado o passado por obra de seus longínquos avós, é obra humana, podendo ser assim transformada pela vontade e pela ação humanas, ou então servir a novas finalidades. Só esse conhecimento é verdadeiramente revolucionário e só ele está no espírito dos tempos que chegam. Quem crê na inevitabilidade de todo o acontecimento histórico, sacrifica o futuro ao passado: interpreta os acontecimentos da vida social, mas não os muda. Nesse ponto é aliás todo e qualquer fatalismo igual, seja ele de natureza religiosa, política ou econômica. A todo aquele que se deixe cair em seus laços, rouba ele o mais precioso bem da vida: o impulso à ação segundo necessidades próprias. Especialmente perigoso é isso quando o fata-

lismo se apresenta em vestes de ciência, que hoje tão amiude substituem o talar do teólogo. Por isso repetimos: as causas que fundamentam os fatos da vida social nada têm em comum com as leis que regem os fenômenos físicos e mecânicos, pois são as primeiras tão somente resultados de finalidade humana, cuja apuração não é cabível exclusivamente sob a luz da ciência. Desconhecer isso, é funesto auto-engano, de que não pode brotar mais que uma concepção disforme da realidade.

Aplica-se isso a toda a concepção da história que de um só fato deduz rigidamente tudo o que se passa na sociedade, e especialmente ao Materialismo Histórico, que reporta cada fato na História a vigentes condições econômicas, segundo as quais tudo pretende esclarecer.

Nenhum homem de senso deixaria de reconhecer hoje em dia a impossibilidade de julgar imparcialmente períodos da história sem levar em conta circunstâncias econômicas. É todavia de todo ponto unilateral querer avaliar a História inteira *exclusivamente* como resultado de condições econômicas, sob cujo influxo tomem forma e cor todos os demais sucessos da vida.

Há na História milhares de fatos que não se deixam explicar unicamente por bases pu-

ramente econômicas. Pode-se finalmente a tudo enquadrar num determinado esquema, mas o que daí resulta, via de regra, é muito pouca cousa. É raro o fato histórico para cuja realização não hajam igualmente contribuído causas de ordem econômica; mas nunca foram forças econômicas que serviram de move a todas as outras. Acontecimentos sociais realizam-se por obra de uma série de diversas causas, que na sua maioria se entresacham: tão intimamente que impossível é afinal delimitá-las entre si. Tratam-se de correlações de várias causas que bem claramente se deixam identificar, mas que não são acessíveis por métodos científicos.

Há sucessos na História que para milhões de seres humanos tiveram a mais ampla significação, mas que nem por isso se deixam esclarecer cientificamente. Quem sustentaria, por exemplo, haverem sido as guerras de conquista de Alexandre da Macedônia motivadas pelas condições econômicas daquele tempo? Já o fato de haver caído em pedaços logo após a sua morte o colossal império erguido à custa do sangue de centenas de milhares de indivíduos, prova que as conquistas políticas e militares do dominador macedônio de modo algum estavam "históricamente condicionadas". Tampouco a isso predispunham os tipos de

produção daquê tempo. Nas loucas empresas guerreiras de Alexandre ocupava a voluptuosidade de poder papel amplamente mais significativo que condições econômicas de produção. O impulso ao governo do mundo havia tomado no ambicioso déspota características própria-mente doentia. Sua furiosa sêde de poder era o motor de sua política inteira, o *leitmotiv* de tôdas as suas empresas guerreiras, que afogou grande parte do mundo então conhecido em sangue e fôgo. Foi também sua sêde de poder que lhe fêz parecer vantajoso o césaro-papismo dos déspotas orientais, e lhe levou à crença na própria semelhança divina.

A vontade de poder, que surge sempre de pequenas minorias na sociedade é em geral uma das fôrças motrizes mais significativas da história, a cujo alcance muito pouco valor tem sido atribuído até agora, se bem que haja sido amiude um determinante decisivo na formação inteira da vida econômica e social.

A História das Cruzadas foi sem dúvida influenciada por fortes motivos econômicos. Para que muito João Ninguém se colocasse ao lado da cruz, deve haver sido a miragem dos ricos países do oriente estímulo mais forte que a convicção religiosa. Mas os motivos econômicos exclusivamente não haveriam sido capazes de pôr em movimento, durante séculos,

a milhões de homens, sempre que soasse o "Deus o quer!", si bem que não tivessem êles a mínima idéia das espantosas dificuldades a que estava ligada a aventureira empresa. Quão fortemente se fazia valer a crença sôbre os homens daquê tempo o demonstra a chamada Cruzada Infantil (1212), que foi posta em marcha quando o malôgro das anteriores ondas armadas se havia tornado evidente, e quando os devotos havia anunciado a mensagem segundo a qual o Santo Sepulcro só poderia vir a ser libertado por menores de idade, em quem Deus queria testemunhar um milagre. Não foram certamente razões econômicas que induziram milhares de pais a enviar ao encontro da morte certa seus filhos queridos.

Mas também o Papado, que a princípio sômente a contra-gôsto havia exortado o mundo cristão à primeira Cruzada, foi a isso movido muito mais por motivos políticos de domínio que por pressão econômicas. Na sua luta pela supremacia da Igreja evidenciava-se sobejamente a seus dirigentes, a vontade que adviria da demorada ocupação de soberanos temporais em emprêsas no Oriente, pois se por um lado êstes se mostravam incômodos em casa, naquelas paragens não constituíam obstáculo à realização de seus planos. Certamente reconheceram logo outros, como por exemplo

os venezianos, as grandes vantagens econômicas que lhes poderiam ministrar as Cruzadas; delas utilizaram-se aliás para estender seu domínio às costas dalmácias, às ilhas Jônicas e a Creta; mas deduzir disso que as Cruzadas estavam incondicionalmente ligadas às formas de produção daquêl tempo seria manifesta loucura.

Quando a Igreja poz-se em armas para a guerra de aniquilamento contra os albigenses, que custou milhares de vidas e transformou a terra mais livre e espiritualmente desenvolvida da Europa num deserto, arruinando-lhe o comércio e deixando atrás uma paupérrima população dizimada, não estava a sua guerra à heresia condicionada por qualquer necessidade econômica. O que ela queria era a unidade de crença, necessária à cimentação de seus planos políticos de domínio. Igualmente o Reino Francês, que a ajudou nessa luta, foi a isso conduzido principalmente por considerações político-imperialistas. A corôa só teria vantagens para suas aspirações centralizadoras, com a sangrenta disputa entre os herdeiros dos condes de Languedoc, através da qual lhes veio a cair inteiro nas mãos o meio-dia do país. Foram assim notôriamente motivos políticos de domínio de parte da Igreja e do Reino, que fizeram com que o arrolamento econômico

duma das mais ricas terras da Europa fosse brutalmente estancado e os velhos focos duma brilhante cultura transformados num deserto campo de ruínas.

As grandes guerras de conquista, e especialmente a invasão dos árabes na Espanha, que desencadeou uma guerra de sete séculos, não se deixam igualmente explicar pelo estudo acurado das condições de produção daquêl tempo. Pelo contrário, debalde seria querer provar que o desenvolvimento econômico houvesse sido o principal motor daquela época extraordinária. Era justamente o contrário que ali se punha em relêvo. Após a conquista de Granada, último baluarte da meia-lua em declínio, formou-se na Espanha um novo poder político-religioso sob cujo nocivo influxo retrocedeu por séculos todo o desenvolvimento econômico da terra, que foi abalado tão radicalmente, que as conseqüências ainda hoje se fazem notar através de tôda a Península Ibérica. Nem as enormes torrentes de ouro que jorraram sôbre a Espanha do México e o Império Incaico após a descoberta da América, puderam opor um dique à decadência econômica, a qual, aliás, só fizeram agravar.

Pelo casamento de Fernando de Castela com Isabel de Aragão foram lançados os fundamentos da monarquia cristã na Espanha,

cuja mão direita era o Grande Inquisidor. A infundável guerra contra o domínio mourisco, levada à cabo sob o estandarte da Igreja, transformou pela raiz a conformação espiritual e psicológica do cristanolado espanhol e engendrou aquêlê cruel fanatismo religioso que durante séculos envolveu a Espanha em trévas. Sòmente a êsse prego poudé desenvolver-se aquêlê temível despotismo político-clerical que, após afogar em sangue as últimas liberdades das cidades espanholas, reinou como um pesadelo durante três séculos sôbre o desventurado país. Uma vez dali varridos mouros e judeus, foram conduzidos à tumba os últimos restos da cultura árabe. Províncias inteiras que dantes pareciam jardins florescentes, transformaram-se em pantanos estéreis, destruídas que haviam sido as redes de irrigação edificadas pelos mouros e abandonadas as estradas. A indústria, esta então, que pertencia às primeiras da Europa, desapareceu quasi completamente e volveu a métodos de produção já há muito abandonados.

Segundo dados de Fernando Garrido, havia em princípios do século dezesseis em Sevilha 16000 teares de sêda, que empregavam trinta mil trabalhadores. Pelo fim do dezessete, mal haviam ainda 300 teares em funcionamento.

“Não é conhecido o número de teares existente em Toledo em fins do século dezesseis, mas eram ali elaboradas 453.000 libras de sêda, com as quais se dava emprêgo a 38.484 pessoas. Ao cerrar o século dezessete tais officios haviam completamente desaparecido. Em Segóvia, nos fins do século dezesseis, haviam 6.000 teares de fazenda, que se apreciava então como a melhor da Europa; pois bem: a princípios do século dezoito havia descido a indústria a tal ponto, que era mistér fazer vir artífices do estrangeiro para ensinar aos segovianos como estampar e tecer. As causas dessa decadência foram a expulsão dos mouros, a descoberta e a colonização da América e o fanatismo religioso, que esvaziava as oficinas fazendo crescer a cifra de padres e freiras. Quando em Sevilha os teares haviam decrescido para 300, haviam os conventos aumentado para 62, ocupando então o officio religioso 14.000 pessoas.” (1)

E Zancada relata ainda daquêlê período:

“Em 1655 desapareceram na Espanha dezessete corporações e, juntamente com êles, as

(1) Fernando Garrido, “La España Contemporánea, tomo 1, Barcelona 1868. As outras obras de Garrido contém igualmente riquíssimo material, especialmente sua obra “História de las Clases Trabajadoras”.

manufaturas de ferro, aço, cobre, zinco, chumbo, enxôfre, alumínio e outras." (2)

Também a conquista da América pelos espanhóis, que despovoou a Península Ibérica e conduziu milhões de homens ao Novo Mundo, não se deixa elucidar sômente pela "sêde de ouro", por viva que fosse em muitos a avidez. Leia-se a história da famosa *Conquista* e logo concluir-se-á com Prescott, que menos parece ela uma narração de ocorrências reais que um dos incontáveis romances da cavalaria andante, precisamente na Espanha tão amados e apreciados.

Não foram motivos exclusivamente econômicos que seduziram à senda do fabuloso Eldorado, através do grande deserto de água, ondas sempre novas de gente atrevida. O fato de grandes impérios, quais o México e o Império Incaico, que contavam milhões de almas e possuíam uma cultura altamente desenvolvida, haverem pôdido ser dominados por um punhado de ousados aventureiros, só se deixa elucidar mesmo se tivermos mais em vista o próprio material humano atirado àquela empresa, a que haviam amadurecido setecentos anos de guerra sucessiva e perigo permanente. Só uma época em que a representação da paz

(2) Praxedes Zancada, "El Obrero em España, notas para sua História Política y Social", Barcelona, 1902.

parecia aos homens fábulas de tempos a muito escoados, e na qual uma luta centenária e cruentíssima era parte do ritmo normal de vida, poderia haver desenvolvido de tal forma o fanatismo de crença que tão bem singularizava aos espanhóis de então. Disso desprende-se também aquêlê raro impulso permanente à ação e que mercê um exagerado conceito de honra, carecente aliás de qualquer fundamento sério, dava a qualquer momento disposição a sacrificar a própria vida. Não é nenhum acaso que o D. Quixote haja tomado forma precisamente na Espanha. Talvez vá demasiado longe a teoria que pretende substituir tôda e qualquer sociologia por noções psicológicas; é entretanto inegável o influxo da conformação psicológica do homem sôbre a formação de ambiente social.

Poder-se-iam citar ainda centenas de outros exemplos dos quais se deduz claramente a impossibilidade de acusar na economia o centro de gravitação de tôda a conjuntura social, se bem que a ela não se negue relevante papel no evolvimento da história; tais exemplos, se por um lado não são passíveis de omissão, pelo outro não devem encarecer. Há épocas em que o influxo do meio econômico sôbre o andamento do existir social manifesta-se surpreendentemente claro; mas também há outras em que aspirações políticas e religiosas de domínio inter-

vêm mais notoriamente sobre a marcha normal da economia, obstruindo-a ou forçando-a por outros derroteros, com ostensiva arbitrariedade. Acontecimentos históricos como a Reforma, a Guerra dos Trinta Anos as Grandes Revoluções na Europa e muitas outras não se podem em geral abarcar unicamente sob o ponto de vista econômico, mesmo que bem se possam admitir como motoras em sua realização raízes de natureza econômica.

Mais impensado ainda é enquadrar nas diversas camadas sociais os representantes típicos de um nível econômico definido. Tal concepção não somente estreita o campo de vista geral do investigador, mas também faz da história uma caricatura que há sempre de conduzir a novos sofismas. O homem não é somente veículo de manifestos interesses econômicos. A Burguesia, por exemplo, onde quer que haja atingido significação política agarrou-se, em muitos casos, a aspirações que não somente se opunham em toda a linha a seus interesses econômicos, mas que também estavam amiúde em aberta contradição com estes. Sua luta contra a Igreja, seus esforços pelo advento de uma paz duradoura entre os povos, suas concepções liberais e democráticas sobre a essência do governo, que levaram seus representantes

ao mais agudo conflito com as tradições da graça de Deus, e muitos outros sucessos pelos quais outrora se entusiasmou, são prova disso.

E não vá ninguém replicar que a burguesia, sob o freqüente influxo de suas condições econômicas, haja logo esquecido ou cruelmente traído os ideais de sua juventude. Basta comparar o período *Sturm und Drang* do movimento socialista na Europa como a prosaica política realista dos partidos operários de nossos dias para logo se chegar à conclusão de que os supostos representantes do proletariado não têm nenhuma razão de censurar na burguesia suas mutações internas. Quase nenhum desses partidos fez o mínimo ensaio para, após a primeira grande guerra, transformar segundo o espírito do socialismo a sociedade capitalista, que vivia então a mais aterradora crise de sua história. Nunca dantes houveram amadurecido tanto as condições econômicas para uma transformação da sociedade capitalista. A economia capitalista virara-se de pernas para o ar. A crise, dantes somente fenômeno periódico e cíclico no mundo capitalista, tornara-se desde então condição normal da vida social. Crise da indústria, crise da agricultura, crise do comércio, crise das finanças! Tudo se unia para pôr de relêvo a insuficiência do regime capitalista. Faltava todavia o es-

pírito, a inspiração socialista que perseverasse por efetuar uma transformação básica na vida social e que não se contentasse com miseráveis remendos que afinal só viessem a prolongar a crise, mas nunca a sanar-lhe os efeitos. Nunca dantes se fizera tão claro, que condições sociais por si mesmas nada podem realizar, se dentro da própria conformação psicológica e espiritual dos homens não houver um impulso que dê azas ao seu anelo e lhes reuna as fôrças dispersas para a obra comum.

Porém os partidos socialistas e os sindicatos obreiros por êles inspirados não somente falharam quando se tratou de efetuar uma transformação na sociedade, mas também logo se demonstraram indignos da herança da democracia burguesa ao abandonarem ubíqua e indiferentemente direitos e liberdades já há muito conquistados, com o que fomentaram, bem que contra a sua vontade, o progresso do fascismo na Europa.

Na Itália, um dos mais renomeados representantes do partido socialista italiano fêz-se executor do golpe de estado fascista, e uma série inteira dos mais conhecidos chefes obreiros, com d'Aragona à frente, passaram-se de bandeiras despregadas para o lado de Mussolini.

Na Espanha, o partido socialista foi o único que fêz paz com a ditadura de Primo de

Rivera, como mais tarde veio a demonstrar-se o mais impedernido defensor dos interesses capitalista, oferecendo voluntariamente seus serviços a tôda a nova restrição de direitos políticos

Na Inglaterra, foi dado assistir o singular espetáculo de ambos os mais conhecidos e considerados chefes laboristas passarem repentinamente ao campo nacionalista, inflingindo com tal atitude ao partido a que haviam pertencido durante decenios esmagadora derrota eleitoral. Nessa oportunidade lançou-lhes Philip Snowden a admoestação de que "havam tomado em conta mais os interesses de classe que o bem da pátria", afirmação que embora não correspondesse à verdade lhe era bem característica.

Na Alemanha, a Social-Democracia, juntamente com os sindicatos, apoiou com tôdas as suas fôrças a grande indústria capitalista nos seus sabidos ensaios de racionalização da economia, os quais foram de conseqüências catastróficas para o operariado alemão, havendo dado, assim, a essa classe supra-reacionária, ensejo de refazer-se dos abalos acarretados pela guerra perdida. Até mesmo um suposto "partido revolucionário dos trabalhadores", como o Partido Comunista da Alemanha fêz próprias as senhas nacionalistas da nova reação, abrindo as velas ao vento do fascismo ameaçante

através da mais desprezível negação de todos os princípios socialistas.

Poder-se-iam ajuntar a êsses exemplos uma quantidade de outros, para mostrar que os representantes da grande maioria dos partidos socialistas organizados mal têm direito de acusar a burguesia por sua leviandade política ou por sua traição a antigos ideais. Os representantes do liberalismo e da democracia burguesa pelo menos demonstraram, ainda em suas últimas conversões, pelo menos esforço por conservar as aparências, enquanto muitos supostos defensores dos interesses proletários abandonaram não raramente seus antigos ideais com a mais desavergonhada naturalidade para acudir em auxílio do inimigo.

Tôda uma série de políticos dirigentes da economia, sem haverem sido guiados por quaisquer considerações socialistas, já expressou sua convicção de que o sistema capitalista já deu o que tinha a dar, e que no lugar de uma desenfreada economia de lucro deve aparecer uma economia de necessidades norteadas por princípios novos, cuja alternativa é o fim do velho-mundo. Tonar-se, entretanto, cada vez mais evidente que o Socialismo, como movimento, de modo algum preenche o lugar. A maior parte de seus representantes não passou de reformas superficiais e desperdiça seu tempo

em lutas de facção tão fratricidas quanto perigosas, que por sua aberta intolerância recordam o comportamento nos quadros espiritualmente petrificados das igrejas. Não é de admirar que hajam finalmente milhares de indivíduos duvidado do socialismo e ingressado nas ratoeiras do terceiro Reich.

Poder-se-ia objetar aqui que a própria necessidade da vida, também sem a colaboração dos socialistas, trabalha no sentido de uma mudança das atuais condições econômicas, pois uma crise sem saída não é, à larga, suportável. Não negamos isso. Tememos, todavia que através da atitude do movimento obreiro socialista de nossos dias se venha a verificar uma mudança econômica na qual os produtores não tenham absolutamente nada que opinar. Pô-lo-iam diante de fatos consumados, criados por outros para eles, de forma que, também no sucessivo, houvessem eles de conformar-se ao papel de coolies que sempre lhe foi concedido. Se não enganam todos os sinais, marchamos a passos de gigante para uma época de capitalismo de Estado que para os trabalhadores tomará a forma de um novo sistema de dependência, no qual o homem será valorizado somente como instrumento de produção, nêle se extirpando por completo tôda a liberdade pessoal.

Podem as condições econômicas, dentro de certas circunstâncias, tomar formas tão agudas que a mudança das condições sociais se transforme em necessidade vital. Releva perguntar que caminho tomará essa mudança. Será ela um escape para a liberdade ou apenas outra forma de escravidão, que garanta aos homens, é certo, uma mísera existência mas que, por outro lado, lhe tire toda a liberdade de ação? Mas isso e *sòmente* isso importa. A conformação social do Império Incaico assegurava a cada um de seus súditos o necessário, mas o país estava submetido a um despotismo ilimitado, que cruelmente castigava toda a resistência às suas ordens e resumia o indivíduo a instrumento sem vontade nas mãos do poder estatal.

Também o socialismo de estado poderia vir a ser uma saída para a presente crise, mas nunca, seguramente, um meio de libertação social. Pelo contrário, aliás, faria afundar os homens num pantanal de vassalagem dentro do qual se tornaria irrisória toda a dignidade humana. Em toda prisão, em toda caserna, há uma certa igualdade de condições sociais: cada um tem a mesma moradia, o mesmo rancho, a mesma vestimenta, presta o mesmo serviço ou executa a mesma quantidade de traba-

lho. Quem sustentaria, entretanto, serem tais condições um fim digno de esforços?

*Existe* uma diferença entre serem os membros de uma sociedade donos do próprio destino e cuidarem dos próprios interesses, no direito inalienável de participar da administração dos bens da comunidade, e o não serem eles mais que órgãos executivos de uma vontade sobre a qual não tenham influência alguma. Todo o soldado tem direito à mesma razão, mas não lhe cabe manifestar julgamentos próprios. Deve ele cegamente submeter-se às ordens de seus superiores, e, quando necessário, suprimir a voz da própria consciência, pois não passa de parte da máquina que outros põem em movimento.

Nenhuma tirania é mais insuportável que a de uma poderosa burocracia que se interponha em todas as atividades dos homens, nelas imprimindo seu sêlo. Quanto mais ilimitado se estende o poder do Estado na vida da sociedade, mais lhe paraliza as funções criadoras e a força da vontade pessoal. O capitalismo de Estado, todavia, êsse perigoso polo oposto do socialismo, condiciona a entrega de todas as atividades sociais da vida ao Estado; é o triunfo da máquina sobre o espírito, a racionalização do pensamento e da ação e do sentimento nos quadros rígidos da autoridade e, por fim, a derrocada de toda a verdadeira cultura espiritual.

O haver-se compreendido tão pouco até agora o alcance total dessa ameaçadora evolução, ou o se haver conformado à crença no condicionamento inevitável do estado das relações econômicas merece ser justamente considerado como o sinal mais funesto de nossa época.

A perigosa mania de ver em todo o acontecimento social corolário inevitável da correações da produção capitalista não conduziu a outra cousa, até agora, que ao aninhamento na cabeça dos homens da idéia segundo a qual todo o fato social surge de determinada necessidade e é economicamente intransformável. Essa concepção fatalista só podia trazê-los à paralização de sua fôrça de resistência e à adaptação à condições vigentes, por piores que fossem.

Todo o mundo sabe que as condições econômicas têm influência sobre a transformação de relações sociais; muito mais importante é, todavia, a forma pela qual os homens reagem, pelo pensamento e pelas ações, a essa influência e que passos decidem tomar para dar caminho a uma transformação social tida como necessária. Precisamente o pensamento e a ação dos homens não recebem sua tonalidade consoante motivos puramente econômicos. Quem quereria sustentar, por exemplo, que o puritanismo, o qual influenciou poderosamente a evo-

lução inteira dos povos anglo-saxões até os nossos dias, seja corolário forçoso da ordem econômica capitalista concebida em suas origens? E quem quereria arrolar provas de que a primeira grande Guerra Mundial haja brotado, em tôdas as circunstâncias, do sistema de produção capitalista, e que por causa disso era inevitável?

Não cabe dúvida que nessa, como em todas as demais guerras, tiveram os interesses econômicos importante papel; não haveriam podido êles, entretanto, sòzinhos, fazer desencadear a nefasta catástrofe. Pela mera exposição de aspirações econômicas concretas mal poderiam pôr em movimento as grandes massas. Assim, foi preciso convencê-las de que a causa pela qual haveriam de matar ou morrer era “justa e certa”. Dessa forma, lutou-se, de um lado, “contra o despotismo russo”, “pela libertação da Polônia” e naturalmente, pelo “imperativo patriótico”, para cujo aniquilamento “os aliados se haviam conjurado”; e pelo outro lado bateu-se um pelo “triunfo da democracia” e pelo “esmagamento do militarismo prussiano”, para que “essa guerra fosse a última”.

Poder-se-ia objetar que atrás de todas essas bôlhas de sabão, com as quais se entretiveram os povos durante quatro anos, estavam, apesar de tudo, os interesses das classes pos-

suidoras. Mas isso, em absoluto, não importa. O que há de decisivo é que sem êsse apêlo aos sentimentos éticos dos homens, aos seus sentimentos de justiça, não seria absolutamente possível uma guerra. A senha "Deus castigue a Inglaterra!" e o mote de "Guerra aos hunos!" causaram na primeira Guerra Mundial, maiores milagres que as simples exigências econômicas dos proprietários.

A circunstâncias de que se seja necessário suscitar nos homens um certo estado de ânimo para levá-los à guerra, e a outra circunstâncias de que tal estado de ânimo só pode surgir pela intervenção de fatores psicológicos e morais, são prova disso.

Não nos foi dado experimentar que precisamente aquêles que manifestavam dia após dia e ano após ano ante as classes laboriosas que todas as guerras, na era do capitalismo, brotavam de causas puramente econômicas, lançaram pela borda, ao estalar a primeira guerra mundial, sua teoria histórico-filosófica, e puzeram os interesses nacionais acima dos interesses de classe? E isso, aquela mesma gente que até ali vivia a esgrimar com paixão marxista a frase do Manifesto Comunista: "A história de toda sociedade, até agora, não é mais que a história da luta de classes".

Lênine e outros atribuíram a falência da maioria dos partidos socialistas, ao estalar a primeira grande guerra, ao medo de seus chefes ante à responsabilidade, nêles havendo admoestado, com amargas palavras, a falta de coragem moral. Admitindo-se que uma boa parte de verdade dá fundamento a essa afirmação, ainda que, também nêsse caso, releve acautelar-se contra generalizações, o que se prova com isso?

Se o medo da responsabilidade e a falta de coragem moral levaram realmente os mais dos socialistas a se manifestarem pelos interesses nacionalistas das respectivas pátrias, o que temos aí é mais uma prova da exatidão de nosso ponto de vista. Coragem e covardia não são determinados por formas vigentes de produção; êles têm suas raízes nos sentimentos psíquicos dos homens. Mas si qualidades puramente psíquicas puderam ter influência de tal modo arrebatadora sobre os chefes de um movimento de milhões, que os mesmos, antes sequer que o galo cantasse três vêzes, renunciassem aos seus antigos ideais para se aliarem com os piores inimigos do movimento obreiro socialista, a fim de marchar contra o chamado inimigo hereditário, isso somente prova que as ações dos homens de modo algum se deixam explicar pelas condições econômicas, estando

com relação a estas, não raro, nas mais flagrante contradição. Cada época na história dá-nos mil e um testemunhos disso.

Mas é também manifesto êrro conceber a guerra somente como resultado forçoso de interêsses econômicos contrários. O capitalismo seria também perfeitamente concebível se os chamados "capitães da indústria mundial" se pusessem de bom acôrdo no tocante ao uso dos mercados e das fontes de matérias primas, da mesma forma que os representantes dos diversos interêsses econômicos se costumam unir sem procurar ajustar suas opiniões pela espada. Já existe hoje tôda uma série de organismos internacionais de produção, nos quais os capitalistas das determinadas indústrias se reúnem, afim de estipular para cada país uma cota de seus produtos e, dêsse modo, regular a produção total de seu ramo econômico segundo acôrdos mútuos e princípios estabelecidos. Através de semelhante regulamentação, não perde o capitalismo nada de sua própria essência, seus privilégios permanecem ilesos; seu domínio sôbre os exércitos de assalariados soem inclusive fortalecer-se, sob tais ajustes.

Considerando puramente o lado econômico, não era assim a Guerra Mundial de todo ponto inevitável. O capitalismo encontraria saída também sem ela. Pode-se mesmo admi-

tir que, se os dirigentes da ordem capitalista lhe houvessem previsto os resultados ela jamais haveria estalado.

Mas na guerra passada não foram somente motores de ordem econômica, mas também considerações políticas de poder que tiveram papel relevante e afinal contribuíram para o desencadeamento da catástrofe. Após a derrocada de Portugal e Espanha coube a hegemonia européia aos Países-Baixos, à França e à Inglaterra, que logo se defrontaram como rivais. A Holanda perdeu rapidamente sua posição de guia havendo sua influência sôbre a política européia decaído progressivamente após a paz de Breda. Todavia também a França perdeu grande parte de sua antiga supremacia após a Guerra dos sete anos, e não mais pôde levantar-se, tanto menos quanto suas dificuldades financeiras se aguçaram cada vez mais e levaram o povo àquela opressão ímpar na história, da qual resultou a grande revolução. Napoleão envidou posteriormente espantosos esforços afim de recuperar para a França seu lugar perdido na Europa, ficando frustrados seus gigantescos esforços. A Inglaterra continuou sendo o inimigo mais irreconciliável de Napoleão e êste muito bem reconheceu que seus planos de domínio mundial jamais se poderiam concretizar enquanto aquela "nação dos mer-

cadores”, como êle desprezivelmente denominava a Inglaterra, não fosse submetida. Napoleão perdeu o jôgo após haver a Inglaterra posto em movimento contra êle a Europa inteira, havendo desde então confirmado sucessivamente sua supremacia na Europa e no Mundo.

Contudo não é o Império Britânico um domínio comprimido como outros impérios anteriores a êle; suas possessões estão espalhadas por tôda as cinco partes da terra e a segurança dessas depende da posição de fôrça que o Império Britânico defende na Europa. Cada ameaça a essa posição constitue ameaça; às colônias, no ponto em que vem a talho sua possessão pela metrópole. Enquanto não vieram à luz as poderosas conformações das modernas grande potências, com seus gigantescos exércitos e frotas, com sua burocracia, suas empresas capitalistas, suas indústrias altamente desenvolvidas, seus ajustes de comércio exterior, sua exportação e suas crescentes necessidades de expansão permaneceu a posição de domínio do Império Britânico ilesa. Porém quanto mais forte se ia tornando o grande Estado capitalista do continente mais se foi sentindo a Inglaterra ameaçada na sua posição de domínio. Cada tentativa de grande potência européia no sentido de conquistar novos mer-

eados e fontes de matéria prima ou concertar ajustes comerciais com nações não européias nos seus esforços de grangear para si o maior espaço possível para seus esforços de expansão devia, mais cedo ou mais tarde, acarretar algures um choque com esferas britânicas de interêsse e ter como resultado a oposição oculta ou ostensiva da Inglaterra.

Por êsse motivos devia a política exterior inglesa impedir antes de tudo que qualquer grande potência levantasse a cabeça na Europa, e, onde isso não se pudesse evitar, empregar tôda a sua sagacidade para jogar umas potências contra as outras. Assim, só poude ser a derrocada de Napoleão III ante os exércitos prussianos e a diplomacia de Bismarck bem-vinda à Inglaterra, pois dessa forma foi a França enfraquecida por vários decênios. Mas a rápida e inesperada ascensão da Alemanha como estado industrial moderno, o soerguimento sistemático de suas fôrças militares, os inícios de sua política colonial e sobretudo a construção de sua frota e seus crescentes esforços de expansão, que se fizeram cada vez mais incômodas para os ingleses na chamada “marcha para Oeste”, havia levantado diante do Império Britânico um perigo tal, que não podia deixar indiferentes aos seus representantes.

Que a diplomacia inglesa houvesse lançado mão indistintamente de todos os meios que pudesse fazer face a tal perigo não constitue nenhuma prova de que seus dirigentes fossem mais ladinos ou inescrupulosos que os diplomatas de outras nações. A monótona chapa de "pérfida Albion" é tão absurda quanto os reclamos em favor de uma "beligerância civilizada". Se a diplomacia inglesa soube sobrepor-se à alemã e mostrou-se mais habilidosa que esta em seus malabarismos foi somente porque seus representantes dispunham de experiência muito mais fértil e, para sua sorte, os mais dos estadistas responsáveis da Alemanha desde Bismarck não passavam de lacaios sem vontade do poder imperial, dentre os quais nenhum teve coregem de se opor às perigosas andanças de um psicopata irresponsável e sua venal camarilha.

A raiz do mal não está implantado nem sequer em determinadas pessoas mas na própria política de domínio, sem importar por quem seja movida ou que fins imediatos siga. A política de domínio é somente imaginável ante o emprêgo de *todos* os meios, por censuráveis que esses possam ser para as consciências individuais, e na medida em que esses prometem compensação, correspondam à razão do Estado, e sejam propícias aos fins desta.

Maquiavel, que teve o valor de codificar sistematicamente os métodos da aspiração política de poder, fez já bem claro e conciso em seus Discorsi que: "quando está em jôgo o bem da pátria não se deve recuar diante do certo ou do errado, da piedade ou da crueldade, do louvor ou da censura. Não se deve retroceder diante de nada e sempre usar dos meios que salvem a vida da nação e conservem sua independência."

Cada crime á serviço do Estado é para o homem de poder consumado um serviço meritório, desde que dê resultados. Pois o Estado está além do bem e do mal; êle é a providência divina, cujas decisões estão por sua profundidade tão acima da compreensão do súdito ordinário quanto para o crente está o destino que lhe é reservado pelo poder divino. Qual, segundo os teóricos e eruditos das escrituras, deus, na sua incompreensível sabedoria, lança freqüentemente mão dos meios mais cruéis e temíveis afim de amadurar aos seus desígnios, segundo os teóricos da teologia política não têm para o Estado nenhuma vigência os fundamentos da moral humana ordinária, quando releva aos seus dirigentes seguir determinados fins e pôr em jôgo friamente a vida de milhões de indivíduos.

Quem como diplomata se deixa cair na ar-

madilha alheia não tem por onde se queixar da perfídia e da falta de consciência do adversário, pois também seguiu por sua parte os mesmos fins e somente perdeu o jôgo porque seu adversário soube desempenhar melhor o papel de providência. Quem crê não poder ir adiante sem a fôrça organizada que se incorpora no Estado deve estar preparado para carregar sôbre si todos os resultados dessa crença e para sacrificar ao Moloch aquilo que de mais valioso possui: a própria personalidade.

Foram notôriamente as contradições políticas de domínio que brotaram do mais fatal evolução dos grandes Estados capitalistas as que mais contribuíram para o rebentar da Guerra Mundial. Depois que os povos e especialmente as massas laboriosas dos diversos países demonstraram não ter, nem compreensão da seriedade da situação, nem valor moral para fazer oposição decidida às andanças subterrâneas dos diplomatas, militaristas e caçadores de lucros não houve mais fôrça no mundo que pudesse opor um dique à catástrofe. Durante decênios permaneceu cada grande potência como enorme caserna diante das outras, armada até os dentes, até que um pavio fêz rebentar o barril de pólvora. Não foi por que tudo tivesse de acontecer como aconteceu que o mundo se deixou escorregar de olhos aber-

tos pelo abismo abaixo, mas porque as grandes massas de cada país não tinham a menor idéia do perigoso jôgo que lhes ia pelas costas. Deve-se à sua incompreensível obscuridade, e acima de tudo à sua crença na superioridade infalível de seus governantes e chamados chefes espirituais, o haverem-nas conduzido ao matadouro durante quatro anos como um rebanho sem vontade.

Mas tampouco a tênue camada das altas finanças e da grande indústria, cujos dirigentes tão incontestavelmente contribuíram para o desencadeamento daquêle dilúvio de sangue, foi dirigida em suas ações exclusivamente por perspectivas de ganhos materiais. A idéia que fazem de cada capitalista, de ser êle exclusivamente órgão de lucro pode muito bem corresponder às conveniências da propaganda, mas é demasiado restrita e não corresponde à realidade.

Também no alto-capitalismo moderno representam os interesses políticos de domínio papel amiúde mais relevante que puras aspirações econômicas, por difícil que seja separar um dos fatores do outro. Seus dirigentes travaram conhecimento com a volúpia do poder e saciam-na hoje com a mesma paixão que os grandes conquistadores dos tempos passados, quer se encontrem êles ao lado do inimigo e

contra o próprio govêrno, como Hugo Stinnes e sua grei durante a crise monetária alemã, quer intervenham como fator de pêso na política do país.

O desejo doentio de fazer genuflexar milhões de homens ante uma vontade determinada de carrear impérios inteiros por caminhos do alvitre de pequenas minorias alçou-se entre certos representantes típicos do capitalismo moderno com maior preponderância que puras motivações econômicas e perspectivas de vantagens materiais. Não é somente no desêjo de amontoar bens cada vez mais consideráveis que residem hoje as demandas da alta oligarquia capitalista. Cada qual de seus dirigentes sabe do poder enorme que a possessão de grandes riquezas põe em suas mãos e nas da casta a que pertence. Tal reconhecimento encerra volúpia estonteante e dá lugar àquela típica mentalidade de mando, cujas conseqüências são por vêzes mais nocivas que o próprio fato do monopolismo. É essa conformação psíquica do alta finança que condena tôda oposição, e não tolera a seu lado nenhuma igualdade de direitos.

Nas grandes lutas entre capital e trabalho representa amiúde esse brutal espírito de mando papel mais decisivo que os próprios interesses econômicos imediatos. O pequeno empreiteiro

dos velhos tempos tinha ainda certa relação com as massas laboriosas do povo, e podia arrolar ainda em maior ou menor gráu certa compreensão de sua situação. A moderna aristocracia do dinheiro tem hoje em dia para com as camadas inferiores da população relações nunca mais estreitas que aquelas reservadas entre o barão feudal do século dezoito e seus escravos econômicos. Ele conhece as massas somente como objeto coletivo de exploração em favor de seus interesses econômicos e políticos de domínio, e não tem, em geral, nenhuma compreensão das suas duras condições de vida. Daí sua impiedosa brutalidade, seu avassalamento despectivo dos seres humanos e sua fria indiferença ao sofrimento de suas vítimas.

Sua posição social não opõe nenhuma barreira aos apetites de poder do grande capitalista moderno. Pode êle intervir com egoísmo inescrupuloso e intrometer-se na vida de seus semelhantes e representar diante deles o papel de providência. Sômente quando se levar em consideração êsse impulso passional à influência política de domínio sôbre o próprio povo e sôbre nações estrangeiras haverá lugar para uma compreensão correta da própria psiquê do representante típico do alto capitalismo de nossos dias. É justamente êsse as-

pecto que o faz tão perigoso para a formação social do futuro.

Não foi em vão que o capitalismo monopolista emprestou apoio à reação nazi-fascista. Esta ajudá-lo-ia a esmagar qualquer resistência organizada do povo trabalhador afim de erguer um reinado de servidão industrial no qual o homem que produz se conformasse ao papel de autômato da economia, sem qualquer influência sôbre a formação de seu ambiente político e social. Esse cesarismo não conhece fronteiras; sobrepõe-se a todas as considerações das conquistas do passado que houveram de ser compradas a sangue humano e está preparado para reprimir brutalmente qualquer direito ou liberdade que possa perturbar suas esferas, afim de submeter tôda a atividade social nas formas rígidas de sua vontade de poder. Que êle tenha aberto a conta sem o hóspede não foi deveras culpa sua.

E esse perigo de um atolamento total da vida econômica é tanto maior quando lança cabeças de ponte para uma completa escravização capitalista-estatal do povo, que através da cêga mania da estatização, patrimônio hoje de vastas camadas do movimento socialista, é patrocinada em tôda a linha. O exemplo da Rússia deu-nos nêsse ponto lição panorâmica,

a qual não pode ninguém que tenha alguma visão compreender. Bem disse, com bastante propriedade, Proudhon: "O perigo que poderia ocorrer ao socialismo seria uma aliança com o absolutismo político, o que só poderia conduzir à maior escravidão de todos os tempos".

É esse o perigo que hoje em dia nos ameaça mais de perto, e de cuja consumação ou não depende diretamente o futuro imediato da humanidade.

## RELIGIÃO E POLÍTICA

Quem acode ao estudo das sociedades humanas sem uma teoria preconcebida ou uma interpretação da história e tem em mente acima de tudo que as finalidades humanas e os conceitos objetivos das leis mecânicas dos fenômenos cósmicos não se podem equiparar, logo reconhecerá que em tôdas as épocas da história por nós conhecida se defrontam dois poderes que, em virtude de sua diversidade essencial interna, das suas formas típicas de atuação e dos resultados práticos daí decorrentes, estão sempre em luta aberta ou simulada um com o outro. Vêm a talho aqui os elementos políticos e econômico na história, aos quais se pode referir também como elementos estatal e social no evolução. A rigor têm sido os conceitos do político e do econômico, nêsse caso, interpretados demasiado estreitamente, pois tôda política emana em última instância da concepção religiosa dos homens, enquanto todo o econômico é de natureza cultural e está por isso em mais íntimo contacto com tôdas as forças criadoras da vida social; poder-se-ia falar simplesmente de uma contradição interna entre religião e cultura.

Naturalmente, existem entre fenômenos políticos econômicos, estatais e sociais, religiosos e culturais, mais de um ponto de contacto; todos têm fundamento na natureza humana, e portanto existem entre êles também relações internas. Releva simplesmente, pois, examinar mais de perto a relação existente entre êsses fenômenos.

Cada forma política na história tem suas bases econômicas determinadas, as quais se manifestam tanto mais proeminentemente nas fases mais modernas dos acontecimentos sociais. Por outro lado, é inegável que as formas da política servem de motor a transformações na vida econômica e cultural em geral, e que com estas últimas igualmente transformam aquelas. Porém a essência mais íntima de tôda e qualquer política permanece inalterável, da mesma forma que o conteúdo essencial de tôda e qualquer religião permanece sempre o mesmo, e não se transformam pela mudança de suas formas externas.

Tanto a religião quanto a cultura arraigam-se no instinto de auto-conservação dos homens, que lhes empresta vida e forma; mas uma vez em vida, cada qual segue o próprio caminho, pois não existe nenhuma ligação orgânica entre ambas; assim, marcham elas, como estrêlas inimigas, em direções contra-

postas. Quem passa por alto essa contradição ou não lhe dá a merecida consideração, jamais poderá compreender claramente a profunda significação das concatenações históricas e dos acontecimentos sociais em geral.

As opiniões divergem, ainda hoje, quanto à origem do domínio da religião propriamente dita. É verdade que quase todo o mundo está de acôrdo sôbre a impossibilidade de descortinar o mundo das representações religiosas dos homens através da filosofia especulativa. Já se compreendeu que a concepção de Hegel, segundo a qual tôda a religião representa sômente a elevação interna do espírito para o absoluto, na porfia por encontrar a unidade do divino e do humano (com o que, aliás, de modo algum se explica a maneira de ser das religiões) sômente pode ser valorizada como palavreado vazio.

É igualmente arbitrária a afirmação do "filósofo do absoluto", do arauto das missões históricas providenciais de cada nação, que atribue a cada povo o papel de portador de uma forma típica de religião: o chinês, da religião da massa; o caldeu, da religião da dor; o grego, da religião da beleza, etc., até que a série dos vários sistemas religiosos desemboca no cristianismo, a religião revelada, na qual os

crentes reconheceram a unidade do divino e do humano na pessoa do Cristo.

A ciência fez os homens mais críticos. Já se admite hoje que tôda a investigação da origem e da formação sucessiva da religião deve seguir os mesmos métodos usados na Sociologia e na Psicologia, afim de que se possam apreender em seus começos os acontecimentos da vida social e espiritual.

A concepção antes divulgada, do filólogo inglês Max Müller, que queria ver na religião o impulso interior do homem a interpretar o infinito, e representava o ponto de vista de que a impressão das fôrças da natureza originara no homem os primeiros sentimentos religiosos, não vindo a despropósito, portanto, considerar o culto da natureza como primeira forma de religião, já não encontra hoje mais adeptos. Os maiores representantes da investigação das formas etno-religiosas defendem hoje a concepção de que o Animismo, a crença nos espíritos ou almas dos mortos, deve ser considerado degráu primeiro no ascender da consciência religiosa entre os homens.

Todo o modo de vida dos primitivos nômades, sua relativa ignorância, a influência psíquica de seus sonhos, sua incompreensão diante da morte, os jejuns forçados a que amiúde havia de conformar-se, isso tudo fazia com

que eles fossem *clarividentes* natos, nos quais a crença em espíritos estava a bem dizer no sangue. O sentimento que eles experimentaram ante os espíritos de que a fôrça de sua imaginação povoava o mundo era inicialmente de medo. Esse medo os obsecava tanto mais quanto se havia êle de ter aqui, não com inimigos comuns, mas com poderes invisíveis, os quais não eram acessíveis pelos meios comuns. Com isso, entretanto, formou-se por si mesma a necessidade de assegurar a benevolência daquêles poderes, afim de escapar às suas perfídias e conquistar seu beneplácito por algum meio. É o méro instinto de auto-conservação dos homens que encontra expressão aqui.

À crença nos espíritos sucedeu o Fetichismo, a idéia de que o espírito buscou encarnação num objeto ou num lugar determinado, crença esta que perdura hoje em dia nas superstições de muitos homens civilizados, que firmemente acreditam em *duendes* e em lugares *em que não se está seguro*. Também o culto das relíquias no Lamaísmo e na Igreja Católica é, segundo a própria essência, Fetichismo. As opiniões estão divididas quanto à viabilidade de se considerar religião o animismo e as representações grosseiras de fetichismo; mas não há dúvida de que é justamente aqui que se deve procurar o ponto de partida de tôda religião.

A própria religião começa com a ligação entre homem e "espírito", que tem sua expressão no culto. Para o homem primitivo não é o "espírito" ou a "alma" nenhum conceito abstrato, mas concepção absolutamente corpórea. É assim de todo ponto natural que êle quizesse testemunhar sua veneração e sua submissão por provas palpáveis. Assim nasceu em sua cabeça a idéia do sacrifício; e como a experiência sempre lhe trazia diante dos olhos o espetáculo da vida a abandonar o corpo mercê do sangue efluente do animal ou do inimigo abatido, êle logo passou a relevar que o sangue era, na realidade, *uma substância muito especial*. Essa prerrogativa deu também à idéia do sacrifício seu caráter essencial. O sacrifício de sangue foi seguramente a primeira forma do ritual de sacrifício, o que aliás estava já condicionado pela qualidade de caçador do homem primitivo. A idéia do sacrifício de sangue, que indubitavelmente faz parte dos efeitos mais remotos da crença religiosa, perdura ainda hoje nos maiores sistemas religiosos da atualidade. A transformação simbólica do pão e do vinho na ceia cristã em *carne e sangue* de Cristo é prova disso.

O sacrifício tornou-se pedra angular de todos os costumes e festividades religiosas, que se manifestavam em juramento, danças e can-

tos e sucessivamente se enfeixavam em um rito determinado. É bem provável que o rito sacrificial tivesse de início caráter puramente pessoal, em que o indivíduo rendesse seus sacrifícios segundo suas necessidades, o qual costume não deve todavia haver sobrevivido à ascensão do clero organizado, na expressão dos chamãs, curandeiros, adivinhos etc. A evolução do Fetichismo ao Totemismo, como se denomina, segundo palavra índia, a crença na divindade étnica, que habitualmente se incarna em um animal que serve de origem à tribo, muito favoreceu a ascensão de uma classe sacerdotal de agoureiros. Isso deu todavia à religião um caráter social, que ela até então não possuía.

Se considerarmos o desenvolvimento da religião à luz da própria evolução logo admitiremos que dois fenômenos determinam sua essência interna: *religião é primeiro o sentimento de dependência do homem ante poderes superiores desconhecidos. E, a fim de conquistar a benevolência desses poderes e de se pôr a salvo de suas influências malévolas, impõe o instinto de auto-conservação do homem a procurar meios e caminhos que lhe ofereçam possibilidade de alcançar esse fim.* Assim forma-se o rito, que empresta à religião seu caráter externo.

A suposição de que a idéia do sacrifício se pode atribuir realmente a já existir nos primitivos agrupamentos humanos o costume de se oferecerem dádivas forçadas ou voluntárias ao chefe ou outros dirigentes da tribo, tem a seu favor grande dose de probabilidade.

Demasiado ousada, todavia, parece-nos a afirmação de que o homem primitivo jamais haveria caído na idéia do sacrifício se não fôsse esse costume. Concepções religiosas somente se poderiam formar, afinal, na medida em que a pergunta sobre o porquê das cousas aparecia na cabeça dos homens. É por isso razoável que longo lapso houvesse de correr antes de que essa pergunta pudesse ocupar o espírito dos homens. A idéia que o homem primitivo fazia de seu meio era de natureza puramente sensorial, da mesma forma que a criança somente considera o mundo em torno de si de maneira sensitiva, passando muito tempo até que venha a preocupar-se com o porquê da existência das cousas. Além disso existe hoje ainda, em muitas populações selvagens, o costume de fazer participar das refeições os mortos, como também quasi tôdas as festividades das raças primitivas estão ligadas ao rito do sacrifício. É destarte bem possível que a idéia do sacrifício pudesse nascer sem uma instituição social prévia de natureza afim.

Como quer que seja, todavia, a verdade é que todo sistema religioso aparecido no curso dos séculos espelha a relação de dependência do homem a um poder superior chamado à vida pela sua própria imaginação. Todos os deuses têm seu tempo, mas a religião é, em virtude de sua própria natureza, imutável, para que possam mudar suas formas externas. Foi sempre uma ilusão a que se rendeu o ser real do homem como sacrifício; o criador tornou-se servo do sua própria criação, sem que houvesse sequer chegado a tomar consciência da tragédia interna desse fato. Somente porque na essência mais íntima de toda e qualquer religião jamais se operou mudança, pode o conhecido pedagogo religioso alemão König escrever em seu manual para o ensino de religião católica nas escolas: "A religião é, em geral, o conhecimento e a veneração de Deus, e sobretudo a relação do homem com Deus senhor supremo".

Assim a religião esteve o mais intimamente confundida, já em seus precários inícios, com a noção do poder, da superioridade sobrenatural, das coações sobre os crentes, em suma, da dominação. A moderna linguística já pode em muitos casos assegurar que os próprios nomes das diversas divindades se enroscavam nos conceitos em que tomavam corpo a representação do poder. Não é em vão que

todos os porta-vozes do princípio de autoridade atribuem a origem deste a deus, pois a divindade se lhes afigura a representação mesma de todo o poder e fortaleza. Já nos mais remotos mitos aparecem os heróis, os conquistadores, os legisladores e os antepassados de raças como deuses e semi-deuses, pois mistér fôra que sua grandeza e divindade tivessem origem divina. Mas com isso chegamos à causa mais profunda de todo sistema de domínio e reconhecemos que toda e qualquer política é, em última instância, religião e, como tal, porfia por manter o espírito do homem nas cadeias da dependência.

Se o sentimento religioso foi em sua mais tenra idade somente reflexo abstrato de condições terrenas de domínio, como reconheceram Nordau e outros, é cousa discutível. Quem vê na condição primitiva da humanidade somente uma "luta de todos contra todos", como o fizeram Hobbes e seus inúmeros seguidores, facilmente se inclinará a enxergar no caráter malvado e prepotente das deidades primitivas um retrato fiel de chefes despóticos e guerreiros a amedrontar e a aterrorizar seu próprio povo e agrupamentos estranhos. Até bem pouco tempo se consideravam os atuais selvagens, de maneira bem parecida, como entes nocivos e perfidamente cruéis, sempre dispostos ao roubo e à matança, até que os centésimos resul-

tados das pesquisas da antropologia moderna sobre tôdas as partes da terra nos veio mostrar quão fundamentalmente errôneo era nosso juízo.

Não há por onde atribuir a modêlos terrenos o emprestar o homem primitivo natureza tão terrível e prepotente a seus deuses e espíritos. Todo o desconhecido, incompreensível ao entendimento simples, age de modo inquietante e aterrorizador sobre o espírito.

Do estranho ao amedrontador e terrível há sômente um passo. Tal deveria ter sido o caso naquêles longinquos tempos, em que a fôrça de imaginação dos homens não havia sido ainda influida por milênios de experiências acumuladas que lhes incitassem a contraprovas lógicas. Mas conquanto não se possa atribuir cada concepção religiosa a relações terrenas de domínio, bem se pode estabelecer que em épocas ulteriores do desenvolvimento humano as formas externas da religião hão sido determinadas em muitos casos pelas exigências de poder de indivíduos ou pequenas minorias na sociedade.

Tôda dominação de determinados grupos humanos sôbre outros supunha o desêjo de assenhorem-se dos produtos de trabalho, das ferramentas ou das armas dos últimos, ou então expulsá-los de certa área que lhes pudesse parecer vantajosa para seu ganho de vida. É

muito provável que os vencedores se houvessem contentado por muito tempo com essa simples forma de roubo e aniquilassem o adversário em caso de resistência. Até que, pouco a pouco, concluíram que era mais conveniente fazer os vendidos tributários ou submetê-los a uma nova ordem de cousas em que lhes soto-puzessem a um govêrno e lançassem, assim, os fundamentos da escravidão. Tão mais fácil era isso quanto a solidariedade mútua sômente se estendia aos membros da tribo e nela encontrava seus limites. Todos os sistemas de domínio têm sido, originariamente, dominações de estranhos, em que os vencedores perfazem uma casta privilegiada, a qual supõe os vencidos súditos de sua vontade. De regra foram tribos nômade de caçadores que inicialmente impuzeram seu domínio a populações agrícolas e sedentárias. A vocação da caça, que reclamava energia e resistência contínuas por parte do homem, fê-lo por natureza guerreiro e predador o que aliás, no fundo, é a mesma cousa. O agricultor no entanto, que está ligado ao rincão e cuja vida se passa normalmente pacífica sem perigos, não é, em geral, amigo das contendas violentas. Por isso não resistiu sinão em raras ocasiões ao ataque de tribos guerreiras e submeteu-se de modo relativamente fácil,

mormente quando a dominação estranha não era de todo ponto opressiva.

O vencedor entretanto, havendo uma vez provado a doçura do poder e aprendido a apreciar a vantagem de seus resultados econômicos, facilmente se embriaga com o exercício do mando. Cada triunfo lhe incita a novas empresas; pois está na essência de todo e qualquer poder o envidarem permanentemente seus representantes por expandir sua esfera de domínio e impôr seu jugo aos povos mais fracos. Assim desenvolveu-se sucessivamente uma casta especial, para a qual a guerra e o domínio sôbre outrem ficou sendo ofício. Nenhum domínio pode todavia sustentar-se, à larga, exclusivamente pelo poder brutal. O poder brutal pode ser instrumento imediato de subjugação dos homens, mas êle sôzinho não tem elementos para eternizar o poder de alguns indivíduos ou de castas especiais sôbre agrupamentos humanos inteiros. Para isso é necessário algo mais. É necessária a crença dos homens na inevitabilidade do poder, a crença em sua missão divina. Tal crença nasce todavia no mais profundo dos sentimentos religiosos dos homens, e ganha sua fôrça com a tradição. Pois sôbre todo o tradicional flutua o clarão transfigurador das noções religiosas e da atração mística.

Êsse é o motivo por que os vencedores frequentemente impuseram seus próprios deuses aos vencidos; cêdo reconheceram êles que uma unificação dos ritos religiosos só poderia ser proveitosa para sua dominação. Nisso, todavia, não lhes importava, de regra, que os deuses dos subjugados continuassem em existência ostensiva, na medida em que não fosse perigosas para o seu domínio e se situassem diante das novas divindades como poderes de ordem inferior. Isso sômente podia acontecer, todavia, se os sacerdotes favorecessem a dominação dos vencedores ou participassem de suas aspirações de poder, como realmente amiúde tem sucedido na história. Podemos evidenciar muito bem a influência política na formação religiosa ulterior de babilônios, de caldeus, de egípcios, persas, indús e muitos outros. O famoso monoteísmo judaico pode ser igualmente atribuído aos esforços políticos de unificação da monarquia nascente.

Todos os sistemas de dominação e dinastias antigas derivaram sua origem de uma divindade, de vez que seus representantes cêdo compreenderam que a crença dos súditos na origem divina do dominador é fundamento inabalável de qualquer espécie de poder, por muito inconsistente que seja. O temor de deus foi sempre a pré-condição espiritual de toda

submissão voluntária; é somente isso que realmente releva, pois êle constituiu sempre e a qualquer momento o fundamento eterno de toda tirania, sob qualquer máscara em que apparecesse. Mas a submissão voluntária não se consegue apenas por imposição física: somente a crença na identidade divina do soberano pode criá-la. Por esse motivo foi sempre objetivo mais proeminente de toda e qualquer política despertar no povo essa crença e cimentá-la espiritualmente. A religião é o princípio refratário na história: ela ata o espírito dos homens e comprime seu pensamento em determinadas formas de tal maneira que se inclina habitualmente à conservação do tradicional e repele com desconfiança toda e qualquer novidade. Pois é o receio íntimo de perder-se no infinito que detem o homem em velhas formas de existência. — Luiz de Bonald, o implacável defensor do princípio do poder absoluto, havia compreendido muito bem a relação interna entre religião e política quando escreveu estas palavras: “Deus é o poder soberano sobre todos os seres, o homem-deus é o poder soberano sobre a humanidade inteira, o chefe de estado é o poder sobre todos os súditos, o chefe de família é o poder em sua casa. Mas se todo poder é criado na imagem de deus e dêle procede, todo poder é absoluto.

Todo poder emana de deus; toda dominação é, segundo a sua essência mais íntima, divina. Moisés recebe as tábuas da lei, que começam com as palavras: “Eu sou o senhor teu Deus; não terás outro Deus junto a mim”, e que selaram, por obra imediata da mão de deus, a aliança do senhor com seu povo. A famosa pedra sobre a qual se perpetuaram as leis de Hamurabi, leis essas que transportaram o nome do rei babilônio pelos séculos, espelha-nos esse rei na imagem de Chamach, deus do Sol. A introdução que precede a redação das leis começa todavia com estas palavras:-

“Como o Anu, o sublime rei de Anunaki, e Bel, senhor do céu e da terra, que leva o destino do mundo em suas mãos, os povos adscritos a Marduque, primogênito de Ea, o engrandeceram entre os Igigi. Proclamaram seu magnífico nome em Babilônia, exaltando-o, em todos os rincões que lhe couberam como reinado, como imutável qual terra e céu.

Por isso, Anu e Bel fecundaram o corpo da humanidade, pois me invocaram a mim, Hamurabi, senhor celeberrimo e temeroso de Deus, para que eu criasse a justiça sobre a terra, eliminasse os maus e os perversos, impedisse que os fortes oprimissem aos fracos, e, como o Deus do sol, irradiasse sobre os homens de cabeça negra e iluminasse a terra.”

No Egito, onde o culto religioso se fez proeminente sob o influxo de uma poderosa casta sacerdotal, em todos os organismos sociais, adquiriu a divinização dos reis formas verdadeiramente exóticas. O Faraó ou Rei-Sacerdote reinava não somente como lugar-tenente de deus na terra, como era também ele próprio um deus que gozava de honrarias divinas. Já no tempo das seis primeiras dinastias eram os reis considerados como filhos do deus solar Ra. Quéops, em cujo reinado foi construída a grande pirâmide, dizia-se “encarnação de Horus”. Numa gruta de Ibrim, o rei Amenotep III é representado como deus no círculo de outros deuses. O mesmo soberano mandou construir o templo de Solé, onde sua própria pessoa era venerada como um deus. Quando seu seguidor Amenotep IV renegou a veneração de todas as outras divindades e soergueu o culto ao deus do disco solar Aton, não foi movido certamente por outros motivos que os políticos. A unidade de crença tinha que prestar serviços de primeira relevância, no sentido de coadjuvar o poder temporal nas mãos do faraó.

Está escrito no velho código indú das leis de Manú:-

“Deus criou o rei para que ele proteja a criação. Para esse fim tomou ele partes de

Indra, o vento, de Iama, o sol, do fogo, do céu, da lua e do senhor da criação. Como o rei foi criado com partes desses amos e deuses, sobre-luz seu esplendor a todos os seres criados, e como o sol deslumbra a olhos e corações, não podendo ninguém olhá-lo na face. Ele é fogo e ar, sol e lua. Ele é o deus do direito, o gênio da riqueza, o dominador das ondas e o senhor do firmamento.”

Em nenhum outro país, além do Egito e do Tibé, teve jamais a casta sacerdotal organizada tamanho poder como na Índia. Ela imprimiu seu selo a todo o processo social do gigantesco país, comprimindo em formas rígidas, através de um hábil sistema de divisão do povo em castas, todas as suas manifestações, as quais formas se tornaram tanto mais duráveis quanto se cimentavam nas tradições da crença.

Cêdo já, haviam os brâmanes concluído aliança com a casta dos guerreiros, a fim de partilhar com esta do poder sobre os povos da Índia. No que a casta sacerdotal insistia para que o poder verdadeiro permanecesse sob suas mãos e para que o rei fosse instrumento de suas vontades. Tanto os sacerdotes quanto os guerreiros tinham origens divinas. O brâmane nascera da cabeça de Brâma e o guerreiro do peito de Brâma. Ambas as castas tinham, assim, as mesmas aspirações, e a lei estipulava

que "ambas as classes deviam ser unidas, pois uma não podia dispensar a outra". Dêsse modo nasceu o sistema do césaro-papismo, no qual teve a mais completa expressão a unidade das aspirações políticas e religiosas de domínio.

Também na velha Pérsia era o soberano considerado encarnação viva de divindade. Quando aparecia numa cidade, recebiam-no mágicos em vestes brancas, ao som de cânticos religiosos. O caminho através do qual era conduzido era coberto com rosas e ramos de mirto e, dos lados, alçavam-se altares prateados, nos quais se queimavam insensos. Seu poder era ilimitado, sua vontade a mais alta lei, sua ordem irrevogável, como se diz no "Zendavesta", o livro sagrado dos velhos persas. Sòmente em raras ocasiões mostrava-se êle ao povo, e, onde quer que aparecesse, todos tinham que se arrojarem aos seus pés e esconder a face.

Também na Pérsia existiam castas e uma classe sacerdotal organizada, que se bem não possuísse poder ilimitado como na Índia, era não obstante a casta mais alta da nação, tendo seus representantes a possibilidade de, como conselheiros mais chegados ao rei, fazer valer sua influência e intervir decisivamente no destino do reino. Sôbre o papel representado pelos sacerdotes na sociedade é elucidativa uma passagem do "Zendavesta", onde se lê:

"Vossas boas ações podem ser tão numerosas quanto as folhas das árvores, as gotas da chuva, as estrêlas do céu ou as areias do mar, mas de nenhum valor seriam para vós se não fossem gratas ao Destur (sacerdote). Afim de obter a benevolência dêsse guia no caminho da salvação, é-vos mister conceder-lhe um décimo de tudo quanto possuís: de vossos bens, de vossas terras, de vosso dinheiro. Uma vez que hajais satisfeito ao Destur, poderá então vossa alma escapar aos tormentos do inferno; colhereis socêgo neste mundo e bemaventurança no outro. Pois os destures são os mestres da religião; êles sabem tudo e absolvem todos os homens".

Fu-hi, que é apontado pelos chineses como primeiro soberano do Império Celestial, e que, segundo suas crônicas, teria vivido cerca de 2.800 anos antes de nossa éra, é festejado, no rito chinês, como entidade sobrenatural, e é representado nas gravuras, via de regra, com cauda de peixe, o que lhe dá aparência de tritão. A lenda celebra-o como verdadeiro descobridor do povo chinês, que antes de seu aparecimento vivia em bandos esparsos como os animais na selva; sòmente graças a êle teriam vindo a conhecer a ordem social, que se baseia na família e no culto aos antepassados. Tôdas as dinastias que se sucederam desde então no

“Império do Centro” derivavam sua procedência dos deuses. O imperador denominava-se “Filho do Céu”, e como jamais existiu na China um clero organizado, o exercício do culto, em tanto que se tratava da religião do Estado, cuja influência não se estendia propriamente mais que às camadas superiores da sociedade chinesa, estava também nas mãos de altos funcionários imperiais.

No Japão, o Mikado, ou “Alta Porta” era considerado descendente da deusa do sol Amaterasu, a qual é festejada no país como a maior das divindades. Através da pessoa do soberano manifesta ela sua vontade; aquela governa o povo em seu nome. O Mi-kado é encarnação viva da divindade em vista do que seu palácio é denominado “miya”, ou seja, armário de almas. Mesmo no tempo do Shogunado, em que foi propriamente a casta militar que exerceu por séculos inteiros o domínio sobre o país, não representando o Mikado mais que papel de figura decorativa, permaneceu a santidade da sua pessoa inabalada, aos olhos do povo.

Também a fundação do poderoso Império Incaico, cuja obscura história dá tantos enigmas raros aos investigadores modernos, é apontada pela lenda como obra dos deuses. Mostra ela como Manco Capac apareceu um

dia com sua mulher Ocllo Huaco entre os nativos do planalto de Cuzco, manifestou-se como Intipchuri, ou deus do sol, e persuadiu-os a reconhecê-lo como rei. Aí ensinou-lhes a agricultura e trouxe-lhes muitos conhecimentos úteis, que os habilitaram à função de criadores de uma grande cultura.

No Tibé, formou-se sob a influência de uma casta sacerdotal sedenta de poder aquêle singular Estado teocrático cuja organização interna tem identidade tão rara com o papismo romano, utilizando, como êste, a confissão ao ouvido, o rosário, os insensórios, o culto das relíquias e a tonsura dos sacerdotes. À cabeça do organismo estatal se alçam o Dalai-Lama e o Bogdo-Lama ou Pen-tschen-rhin-po-tsche. O primeiro vale como encarnação do Gotama, o santo fundador da religião budista; o último como encarnação viva do Tsong-kapa, grande reformador do Lamaísmo, a quem, como ao Dalai-lama, se prestam honrarias divinas que se estendem às necessidades mais íntimas.

Gengis Cã, o poderoso dominador mongol, cujas impressionantes campanhas e conquistas a um tempo encheram de terror a meio mundo, utilizava-se, de maneira ostensibilíssima da religião, como meio mais adequado para sua política de domínio, conquanto, segundo todos os sinais, pertencesse êle à classe dos “déspotas

esclarecidos". Sua própria raça o considerava descendente do sol, mas como em seu enorme império, que se estendia do Dnieper ao mar da China, viviam povos das mais diversas religiões, reconheceu êle com fino instinto "que seu poder sôbre os povos subjugados, como também sôbre o povo central do império, sômente podia ser fortalecido pela fôrça da casta sacerdotal. "Seu papado solar já não bastava. Cristãos nestorianos, maometanos, budistas, confucionistas e judeus habitavam seus domínios aos milhões. Fez-se êle então grande sacerdote de tôdas as formas de religião. Com seus chamãs norte-asiáticos praticava a magia e interrogava ao oráculo sôbre o que prometiam as omoplatas de ovelhas atiradas ao fôgo. Aos domingos, comungava com vinho e discutia com padres cristãos. Ia à missa. No sâbado, aparecia na escola judaica e se mostrava chahan ou cohen. Na sexta-feira pronunciava uma espécie de selamik e se mostrava tão bom califa como o foi depois o turco de Constantinopla. Era de preferênciam budista; tinha conversações religiosas com lamas, e mesmo chamou para seu lado o Grande-Lama de Ssatya e, desejando transladar o centro de seu império para o Norte da China, domínio budista, quiz levar à prática o grande plano político de

transformação do budismo em religião de Estado". (1)

E não agira Alexandre da Macedônia, a quem a história chama o Grande, com o mesmo cálculo e, evidentemente, guiado pelos mesmos motivos que, séculos após, Gengis Cã? Após haver conquistado um mundo, acorrentando-o através de rios de sangue, bem lhe coube sentir que tamanha obra não poderia ter duração sômente pelo uso da fôrça bruta. Em vista disso procurou êle deitar âncoras à sua dominação nos sentimentos religiosos dos povos vencidos. Assim êle, o "Heleno", rendeu sacrifício aos deuses egípcios no templo de Memphis, e conduziu-se com seu exército pelo escaldante deserto da Líbia afim de consultar o oráculo de Júpiter-Amon no oásis de Sivá. Os sacerdotes complacentes saudaram-no como filho do grande deus e renderam-lhe honras divinas. Assim fez-se Alexandre um deus e apareceu diante dos persas, em sua segunda campanha, contra Dario, como descendente do poderoso Zeus-Amon. Sômente assim se deixa explicar a submissão do enorme império aos macedônios, num gráu a que jamais houveram chegado os reis persas.

(1) Alexander Ular, Die Politik; Francfurte, 1906 (p. 44).

Alexandre só se havia servido dêsse meio afim de favorecer seus planos políticos; mas sucessivamente embriagou-o o pensamento de sua divindade de maneira tamanha, que êle não sòmente postulava honras divinas aos povos subjugados, mas também o fazia aos próprios compatriotas, a quem tal culto era estranho, porquanto sòmente o conheciam como o filho de Felipe. A menor resistêcia lhe excitava até a loucura, e não raro o levava aos crimes mais hediondos. Sua exigência insaciável de um poder cada vez maior, fortalecido aliás por seus sucessos militares, lhe foi roubado tôda medida de estimação da própria pessoa e o fêz cégo ante tôda realidade. Introduziu em sua côrte o cerimonial dos reis persas, que simbolisava a submissão de tôda humanidade à vontade de poder do déspota. Com êle, o *Heleno*, chegou a megalomania da tirania bárbara à mais genuína expressão.

Alexandre foi o primeiro que transplantou o reinado divino, césarismo, para a Europa, o qual até então sòmente florescia na Ásia, porquanto ali o Estado se houvera desenvolvido de maneira desenfreiada e as relações íntimas entre religião e política houveram amadurecido desde cêdo. Releva todavia não concluir disso, tratar-se, no caso, de predisposição de raça. A expansão que o Césarismo tem

encontrado desde então na Europa prova sobejamente que nos temos de haver aqui com uma forma especial do instinto de veneração religiosa, que pode ocorrer, em condições idênticas, entre homens de tôdas as raças e nações, embora não se deva omitir que suas formas externas estão ligadas às condições do meio social em questão.

Do Oriente tomaram também os romanos o césarismo, e aperfeiçoaram-no de tal modo, qual dantes nunca se vira em nenhum país. Ao subir César à condição de ditador de Roma, esforçou-se logo por lançar raizes ao seu domínio na conformação religiosa do povo. Derivou a origem de sua linhagem dos deuses, e tomou Venus por antepassada sua.

Seu esforço inteiro estava concentrado em fazer-se senhor absoluto do reino e ao mesmo tempo deus, que não tinha nenhuma ligação íntima com os mortais ordinários. Seu busto foi colocado entre as estátuas dos sete reis de Roma e seus seguidores difundiram intencionalmente o boato de que o oráculo lhe havia destinado a ser soberano sôbre o reino, afim de vencer os partas, que até então haviam oferecido resistêcia às armas romanas. Sua imagem foi colocada entre os deuses imortais da *pompa circensis*. Ergueu-se-lhe um estátua no templo de Quirino, em cujo pedestal se fêz

esta inscrição: "Ao Deus invencível!" Em Lupércia formou-se em sua honra um colégio e foram nomeados sacerdotes especiais a serviço de sua divindade.

O assassinio de César poz fim súbito a seus ambiciosos planos, mas seus seguidores prosseguiram sua obra, e cêdo se irradiava o imperador em magestade divina. Alçavam-se-lhe altares e rendiam-se-lhe honrarias religiosas. Calígula, que tinha ambição de subir a Júpiter Capitolino, deus protetor supremo do estado romano, fundamentava a divindade dos césaes nêstes têrmos:

"Da mesma forma que os homens cuidam das ovelhas e dos bois sem serem êles ovelhas nem bois, mas por natureza acima dêsses, assim aquêles que foram designados soberanos sôbre os homens não são homens como os demais, mas deuses."

Os romanos, que nada tinham que objetar a que seus chefes militares exigissem honras divinas no Oriente e na Grécia, revoltaram-se a princípio com que se postulasse o mesmo de cidadãos romanos, mas cêdo se acostumaram à nova situação, como o fizeram os helenos ao tempo de sua decadência social, e sucumbiram formalmente em covarde humilhação. Não sômente grupos de poetas e artistas proclamaram continuamente no país do César divino,

mas também povo e senado se conformaram em humilde obediência e em covarde submissão. Virgílio exaltou a César Augusto, em sua Eneida, de maneira servil, e legiões de outros seguiram-lhe o exemplo. O astrólogo romano Firmicus Maternus, que viveu sob o govêrno de Constantino, esclareceu em sua obra "De erroribus profanarum religiosum":

"Sômente o César não depende dos astros. Ele é senhor do mundo inteiro, a que dirige pelo mandado do Deus supremo. Êle próprio pertence ao círculo de deuses que o demiurgo designou para conservação e consumação de todo acontecimento."

As honrarias divinas prestadas aos Césares bizantinos se exprimem ainda hoje pelo significado da palavra *bizantino*. Em Bizâncio culminou a adoração religiosa do imperador no Kotau, aquêle velho costume oriental que obriga aos mortais ordinários a se arrojarem ao solo e tocar a terra com a face.

O Império Romano caiu em ruínas. A volúpia de poder de seus chefes, que no correr dos séculos levou milhões de súditos à denegação de tôda dignidade humana, o cruento saque de tôdas as populações submetidas, e a corrupção crescente no Império inteiro havia aleijado moralmente os homens, amortecido

seus sentimentos sociais e tirado dêles tôdas as fôrças de resistênciã.

Por isso não puderam resistir, à larga, ao assalto dos chamados bárbaros, que em todos os tempos houveram ameaçado o poderoso Império. Mas o "espírito de Roma", como o denominou Schlegel sobreviveu, da mesma forma que o espírito do Césaro-Papismo sobreviveu ao declínio do Grande Império do Oriente e sucessivamente envenenou a fôrça jovem e desenfreada das povoações germânicas, cujos chefes militares haviam tomado sôbre si a funesta herança dos Césares. E Roma sobreviveu na Igreja, que pelo papismo desenvolveu em perfeição máxima a fôrça do cêsarismo, e com tenaz energia envidou por arrebanhar a humanidade inteira sob o cetro do Sumo-Sacerdote de Roma.

Tôdas as aspirações político-unitárias, quais foram ulteriormente adotadas pelo poderoso Império dos Habsburgos, de Carlos V e Felipe II, dos Bourbons, dos Stuarts e das dinastias de czares, estavam impregnadas no espírito romano. É certo que a pessoa do potentado não é mais honrada, aí, imediatamente como Deus, mas ela reina "por graça de Deus" e desfruta da reverência muda de seus súditos, ante os quais se arvora como sêr superior. A idéia de deus se tem transformado no correr

dos tempos, da mesma forma que a noção de Estado tem passado por muitas mudanças, mas a essência íntima da religião permaneceu sempre a mesma, como também o núcleo essencial de tôda e qualquer política jamais sofreu transformação alguma. É sempre do princípio da fôrça que os representantes da autoridade divina e terrena se fazem valer junto aos homens, e é sempre o sentimento religioso da submissão que obriga os homens a obedecer. O cabeça do Estado não é mais honrado como deus em templos públicos, mas diz com Luiz XIV, "o Estado sou eu!". O Estado é todavia a providência terrena que monta guarda sôbre os homens e dirige seus passos, para que êle não se afaste do caminho da lei. Por isso é o representante do poder de Estado apenas alto-sacerdote do poder, que tem sua expressão na política da mesma forma que a celebração de deus na religião.

Mas o sacerdote é o intermediário entre o homem e aquêle poder mais alto de quem o súdito se sente dependente e que por isso se transforma para êle numa fatalidade. Decerto alveja a afirmação de Volney, segundo a qual a religião é descoberta dos sacerdotes, muito além do alvo, pois existiam crenças religiosas muito antes que houvesse casta sacerdotal. Pode-se mesmo aceitar com certa segurança

que o próprio sacerdote estava inicialmente convencido da exatidão de seu conhecimento. Mas isso até que o pensamento lhe fêz enxergar o poder que a crença cega e o medo de seus semelhantes depunha em suas mãos, e as vantagens que disso lhe adviriam. Assim nasceu nos sacerdotes a consciência da força, e com esta a volúpia do poder, que de maneira tanto mais proeminente se fêz sentir, quando o sacerdócio se alçava como casta especial na sociedade. Da volúpia de poder, entretanto, formou-se a "vontade de domínio". Com esta desenvolveu-se no clero uma necessidade singular. Movido por esta, procurou êle dirigir os sentimentos religiosos dos crentes por determinados sendeiros e emprestar à sua fé formas vantajosas para suas aspirações de domínio.

Todo poder foi a princípio sacerdotal, e, na sua essência mais íntima, é isso que tem permanecido até hoje. A história antiga contém bastos exemplos da confluência entre os papéis do sacerdote com os do governante e do legislador. Já os títulos de inúmeros dominadores desprendem claramente pelo nome a função sacerdotal de seu portador, e provam com segurança a origem comum dos poderes eterno e temporal. A afirmação de Alexander Ular, em seu agudo escrito "Die Politik", se-

gundo a qual o papado jamais praticou política temporal, mas que, por outro lado, todo governante temporal sempre procurou fazer política papalina, calha como uma luva. Esse é também o motivo pelo qual um caráter teocrático, sem diversidade de formas, dá fundamento a todo sistema de govêrno.

Tôda igreja se esforça por expandir progressivamente sua esfera de domínio e por plasmar de modo sempre mais profundo o sentimento de dependência no coração dos homens. Todo poder terreno vive todavia impregnado dos mesmos impulsos, pois em ambos os casos se trata de aspirações dirigidas em sentido idêntico. Como na religião deus é tudo e o súdito nada. Ambas as máximas da autoridade divina e terrena, o "Eu sou o senhor teu Deus", e o "Sê submisso à autoridade!" nascem na mesma fonte e então ligadas entre si como irmãos siameses.

Quanto mais o homem aprendia a honrar na idéia de deus o supra-sumo de tôda perfeição, mais se reduzia o verdadeiro criador de deus a humilde minhoca, a incorporação viva de tôda insignificância e debilidade terrenas. Mas os teólogos e exegetas jamais se cançaram de encarecer que o homem era "pecador de nascença", que sòmente pela revelação e prática estrita dos mandamentos divinos poderia

vir a ser salvo da condenação eterna. E ao prover o Estado de todos os atributos de perfeição terrena, degradou-se o antigo súdito e atual cidadão ao papel de caricatura da impotência e da minoridade, em quem jurisconsultos e teólogos ininterruptamente martelam a ignominiosa convicção de que êle, no fundo de seu sêr, está marcado pelos obscuros instintos do malfeitor nato, e só pode ser dirigido pela lei do Estado, no caminho da virtude oficialmente estatuida. A idéia do pecado original tem fundamentos, não sòmente em todos os grandes sistemas religiosos, como também em tôda teoria Estatal. A completa humilhação do homem, a crença funesta na nulidade e no pecaminoso do próprio sêr, foi desde o princípio e fundamento mais sólido de tôda autoridade divina e terrena. O divino "Deves fazer!" e o político "Tens de fazer!" completam-se às maravilhas, mandamento e lei são sòmente expressões distintas da mesma noção.

Ê por êsse motivo que nenhum dominador terreno pôde, até hoje, eximir-se da religião, pois ela é por si mesma suposição fundamental de todo poder. Ali onde os representantes do Estado se inclinaram, por motivos políticos, contra determinado sistema religioso, introduziram sempre outro sistema de crença que melhor correspondesse às suas aspirações domi-

nadoras. Nem mesmo os chamados "governantes esclarecidos", que pròpriamente não criam em nada, constituem exceção à regra. Frederico II da Prússia sempre sustentou que em seu reino cada qual podia ser venturoso à sua maneira, naturalmente estribado na pré-suposição de que tal ventura de modo algum fizesse restrições a seu poder. A decantada tolerância do grande Frederico teria outro aspecto se seus súditos, ou mesmo sòmente parte dêstes, tivessem imaginado obter sua ventura através da redução de seus atributos reais ou da inobservância de suas leis, como haviam intentado os ducobores na Rússia.

Napoleão I, que havia denominado a Teologia, quando jovem oficial artilheiro, a "cloaca de tôda superstição e de tôda confusão", e que representava o ponto de vista de que "se devia pôr nas mãos do povo, ao invés do catecismo, um manual de geometria", esqueceu-se fundamentalmente de tudo isso quando se alçou a imperador dos franceses. Não só porque tivera longamente, segundo confissão própria, o desejo de dominar o mundo com auxílio do papa, mas também por perguntar a si mesmo se seria possível a permanência da ordem estatal sem a religião, no que instou, em resposta, que "a sociedade não pode existir sem a desigualdade de posses, e a desigualdade

de posses não pode existir sem a religião. Quando um homem morre de fome ao lado de um que está sôbre-satisfeito, não há para êle conformação possível se não existe um poder que lhe diga: esta é a vontade de Deus; aqui na terra há de existir ricos e pobres, na eternidade a partilha será outra.”

A desavergonhada franqueza dessas palavras é tão mais genuína, quanto veio de um homem que não acreditava em nada, mas tinha bastante juízo para reconhecer que nenhum poder se pode sustentar à larga se não estiver apto para lançar raízes na consciência religiosa dos homens.

A estreita relação entre religião e política não se limita todavia ao período fetichista do Estado, quando o poder público ainda encontrava sua expressão máxima na pessoa do monarca absoluto. Seria amargo auto-engano supôr que o moderno estado jurídico e constitucional mudou essencialmente essa condição. Como nos sistemas religiosos ulteriores a noção da divindade se tornou abstrata e impessoal, assim também a representação do Estado perdeu muito de seu caráter, outrora mais corpóreo e restringido à pessoa do soberano. Mas mesmo naquelas terras em que a separação entre Igreja e Estado se fêz públicamente notória, não sofreram as relações internas en-

tre os poderes terreno e intemporal, como tais, quaisquer mudanças. Só que os hodiernos representantes do poder estão pluriformemente decididos a concentrar o instinto de veneração religiosa de seus cidadãos exclusivamente sôbre o Estado, afim de não ter de partilhar seu domínio com a Igreja.

O certo é que os grandes precursores do moderno Estado constitucional acentuaram a necessidade da religião para a prosperidade do poder estatal de maneira tão enérgica como o fizeram antes dêles os porta-vozes do obsolutismo dos príncipes. Destarte esclareceu Rousseau, que com sua obra “O Contrato Social” havia desfechado golpes tão graves na monarquia absoluta, com absoluta franqueza:

“Afim de que um povo que se forma possa apreciar os sacros fundamentos da política e seguir os princípios mais fundamentais da razão de Estado, é mistér que o efeito se transforme em causa; que o espírito social, que deve ser obra exclusiva da constituição, esteja à frente da própria constituição, e que os homens sejam antes da formação das leis o que hão de chegar a ser por meio delas. Porquanto, não podendo o legislador nem forçar nem convencer aos homens, deve êle necessariamente recorrer a uma autoridade de ordem mais alta, que se possa sobrepor sem coação externa

e arrastar aos homens sem sequer convencê-los. Tal é o motivo pelo qual os pais das nações sempre se viram obrigados a recorrer ao céu e, por sabedoria, a honrar aos deuses, afim de que os homens, submissos às leis do Estado como às da natureza, obedecessem voluntariamente à mesma força que emprestou conformação a eles e ao Estado e houvessem sopezar dõcilmente a carga da felicidade pública. Essa previdência mais alta, que ultrapassa o círculo de compreensão dos homens comuns, é que faz com que o legislador ponha na bõca da divindade suas decisões, afim de arrastar pelo respeito à divindade aquêles que não atendam à sabedoria humana". (1)

Robespierre seguiu a pé de letra as indicações do mestre e mandou os hebertistas e os chamados "enragés" para o cadafalso, por prejudicarem, através de sua propaganda anti-religiosa, que no fundo era apenas anti-clerical, a configuração do Estado, e socavarem seus fundamentos morais. Pobres hebertistas! Eram tão bons crentes quanto o "incorruptível" e seus clericonformes clubes jacobinos, só que seus instintos de veneração se moviam por outras linhas, e não queriam reconhecer nenhum poder sobreposto ao do Estado, para eles

(1) Jean-Jacques Rousseau, *Le Contrat Social*, segundo livro, capítulo VII

o mais sagrado. Eram bons patriotas, e quando falavam da "Nation" embriagavam-se do mesmo fervor religioso do beato que fala de deus. Mas não eram os legisladores do país e a eles faltava aquela famosa "previdência superior" que, segundo Rousseau, ultrapassa a compreensão dos comuns, e a cujas decisões o legislador dá providencialmente expressão pela bõca da divindade.

Robespierre realmente possuía essa "previdência superior": sentia-se legislador da república una e indivisível, e, em consequência, tinha para si que o ateísmo era um "assunto aristocrático" e que seus prosélitos estava a soldo de Pitt. Exatamente da mesma forma procedem os atuais partidários do bolchevismo, quando desqualificam como contra-revolucionária qualquer idéia que não lhes seja grata, afim de suscitar o repúdio dos crentes. Mas em tempos agitados semelhante anátema é perigo de vida, e tem a mesma significação do "matem-no, porque está blasfemando!" Foi o que tiveram de compreender os hebertistas, como tantos outros que vieram antes e depois deles. Eram crentes, mas não ortodoxos, e a guilhotina ajudou-os a retificar os desvios da mesma forma que aos herejes, anteriormente, o haviam feito as fogueiras da Inquisição.

Em seu grande discurso na Convenção em defesa da crença num sêr superior, Robespierre mal desenvolveu um pensamento próprio. Referiu-se ao "Contrato Social" de Rousseau, que comentou do modo alentado que lhe era habitual. Sentiu a necessidade de uma religião de Estado para a França Republicana, e o *culto do sêr superior* deveria servir-lhe para pôr a sabedoria de sua política na bôca da nova divindade, e dar-lhe assim auréola divina.

A Convenção decidiu-se a expôr o seu discurso em todos os rincões da França e a mandar traduzi-lo para tôdas as línguas, a fim de dar um golpe de graça na horrorosa doutrina do ateísmo e anunciar ao mundo a verdadeira profissão de fé do povo francês. O Clube de Jacobinos parisiense entretanto apressou-se a manifestar sua reverência ante o sêr superior num memorial extraordinário, cujo conteúdo, assim como o discurso de Robespierre, emanava completamente da ideologia rousseauniana, referindo-se com especial ternura a determinada passagem do quarto livro do "Contrato Social" que diz:

"Há portanto uma profissão de fé puramente civil, cuja fixação de artigos é assunto exclusivo do soberano. Tratam-se aqui não pròpriamente de doutrinas

religiosas, mas de visões gerais sem cuja observância não se pode ser nem bom cidadão nem súdito fiel. Sem poder obrigar ninguém a acreditar nelas, deve o Estado banir todo aquêl que nelas não creia, não decerto como sem-deus, mas como indivíduo que fere a constituição social, que não está apto a amar com apreciação a justiça e a lei, e que deve, por isso, caso necessário, pagar com a vida. Logo que alguém, após se manifestar publicamente por êsses artigos de fé, se disser incrêu, ser-lhe-á mistér a pena de morte; êle terá incorrido no maior de todos os crimes: expressar uma mentira aos ouvidos da lei."

A jovem república francesa era um poder ainda mal constituído, ainda sem tradições firmadas, e ademais surgida do derrubamento de um velho sistema de domínio, cujas tradições, profundamente enraizadas, viviam ainda em extensas camadas do povo. Estava portanto destinada, mais que qualquer outro Estado, a firmar seu novel poder na consciência religiosa do povo. Na verdade, tinham os portadores do novo poder emprestado ao jovem Estado atributos divinos, e transformado o culto da "Nation" em uma religião nova, que

enxeu a França de embriagado entusiasmo. Mas isso aconteceu no torvelinho de uma grande transformação, em cujas rudes tempestades devia sossobrar o velho mundo. Apenas que tal torvelinho não podia perdurar para sempre, e era de prever a hora em que o esfriamento das paixões cederia o lugar a meditações críticas. Pois algo faltava a essa nova religião: a tradição, justamente um dos elementos mais preciosos para a formação da religiosidade. Foi portanto ato da razão de Estado, o haver retirado Robespierre do templo a "deusa da razão", e posto em seu lugar o culto do sêr mais alto, afim de criar para a "república una e indivisível" a necessária santificação.

Também a história mais recente mostra-nos exemplos típicos dessa espécie. Pense-se na aliança de Mussolini com a Igreja Católica. Robespierre jamais havia posto em dúvida a existência de deus, como tampouco Rousseau. Mas Mussolini era ateu declarado e despeitoso inimigo de toda crença eclesiástica, da mesma forma que o fascismo, cimentado nas tradições anti-clericais da burguesia italiana, entrou em cena como adversário manifesto da Igreja. Mas como hábil teólogo de Estado, cêdo reconheceu Mussolini que seu poder só poderia perdurar quando lhe fosse possível baixar

âncoras no sentimento de dependência de seus súditos e dar-lhe, de fora, um caráter religioso. Por êsse motivo formou êle no mais extremo nacionalismo uma nova religião, que pelo seu egoísmo exclusivista e sua violenta separação de tôdas as demais agrupações humanas não conhecia nenhum mais alto ideal que o Estado fascista e seu profeta: o Duce.

Mas, como Robespierre, sentiu também Mussolini que faltava à sua doutrina a tradição, e que seu jovem poderio ainda não lançava sombras; isso fê-lo previdente. A tradição nacional italiana não era favorável à Igreja; não se esquecera ainda de que o papado havia sido o inimigo mais perigoso do movimento de unificação nacional, que sômente em luta aberta pôde ajustar as contas com o Vaticano. Mas os homens do *Risorgimento* e os criadores da unidade nacional da Itália não era prôpriamente anti-religiosos. Eram anti-clericais porque a posição do Vaticano sempre os houvera forçado a isso, mas não eram ateus. O furioso anticlerical Garibaldi, que escreveu no prefácio de suas memórias: "o padre é a encarnação da mentira ;o mentiroso é um ladrão, o ladrão é um assassino, e eu poderia ainda assinalar no sacerdote muitas outras baixas qualidades", o próprio Garibaldi não era sômente segundo suas aspirações nacionais ho-

mem profundamente religioso, como também tôda a sua concepção da vida se arraigava na crença em deus. Assim rezava o sétimo dos doze artigos que apresentou no Congresso da Liga pela Paz e pela Liberdade, em Genebra: "O Congresso faz sua a religião de Deus, e cada um de seus membros se compromete a contribuir para difundí-la por tôda a terra".

Todavia Mazzini, o chefe da *Jovem Itália* e, junto a Garibaldi, o vulto mais proeminente na luta pela unidade nacional italiana, estava possuído em todas as fibras de sua alma do mais profundo sentimento religioso. Sua cosmovisão\* era uma singular mistura de ética religiosa e aspirações político-nacionais, que apesar de sua aparência democrática era de natureza completamente autoritária. Seu lema "Deus e Povo" simbolizava com bastante precisão os objetivos que perseguia, pois a nação era para êle uma representação religiosa a que êle procurava abranger nos quadros de uma igreja política.

Mussolini e com êle inúmeros líderes do Fascismo italiano não se encontravam nessa miserável situação. Não somente haviam combatido cruelmente a Igreja, mas também a religião como tal. Semelhante passado molesta, especialmente num país cuja capital há sido

(\*) N. do T. — Weltanschauung.

desde séculos séde central de poderosa Igreja, a cujo serviço estão milhares de órgãos que, sob instância superiores, estão sempre prontos para manter desperto no povo o censurável passado do cabeça do Estado fascista. Era por isso aconselhável pôr-se em boas relações com êsse poder. Mas isso não era tão simples, porquanto entre o Vaticano e o Estado italiano estava o 20 de setembro de 1870, em que as tropas de Victor Emmanuel marcharam sobre Roma e puseram fim ao poder temporal da Igreja. Mas Mussolini estava pronto a todo sacrifício. Afim de comprar a paz com o Vaticano, restaurou êle, posto que em formato minúsculo, o Estado a Igreja, indenizou financeiramente o Papa pela injustiça perpetrada sobre um de seus antecessores, reconheceu o catolicismo como religião de Estado e concedeu ao Clero parte considerável dos estabelecimentos de instrução pública.

Não eram seguramente quaisquer princípios morais ou religiosos que levaram Mussolini a êsse passo, mas simples considerações políticas de domínio. Êle precisava de apóio moral para seus planos imperialistas e teve de se preocupar de maneira especial com a desconfiança que lhe opunham no estrangeiro. Por isso buscou contacto com aquêle poder que havia suportado todos os embates do tempo e cuja

poderosa organização, que abrange o mundo inteiro, lhe podia ser bastante perigosa sob certas circunstâncias. Se lucrou ou não com o negócio não vem a pêlo aqui. Mas o fato de que precisamente o “Duce todo poderoso viesse a abrir as portas do Vaticano e pôr fim à “prisão do Papa” é um daquêles grotescos acontecimentos da história, que fará sobreviver nome de Mussolini mais que todos os outros sucessos que se prendam a êle. Também o fascismo teve afinal de reconhecer que, com óleo de rícino, assassínios e *pogroms*, por muito que tais métodos parecessem necessários à política do Estado fascista, não se pode dar fundamento a nenhum poder duradouro. Por isso esqueceu êle por um tempo o chamado “milagre fascista”, do qual supostamente renascera o povo italiano, afim de que “Roma se transformasse por vez terceira em coração do mundo”, e procurou apóio num poder cuja fôrça interna arraigava na tradição milenar e que, nessas circunstâncias, era difficilmente abalável.

Na Alemanha, onde os representantes do fascismo vitorioso não possuíam, nem a capacidade de adaptação, nem a visão habilidosa de Mussolini e acreditavam no desconhecimento do fatos reais, em poder comprir a vida inteira de um povo na arbitrariedade de teo-

rias anêmicas, tiveram êsses de pagar bem caro o êrro. Efetivamente reconheciam também Hitler e seus conselheiros espirituais que o chamado estado totalitário devia deitar âncoras nas tradições da massa, afim de que tivesse consistência; mas o que êles chamavam tradições eram em parte fantasmas nascidos de suas imaginações doentia, e em parte representações que já há séculos haviam perdido, para o povo, seu colorido. — Também os deuses envelhecem e morrem para ceder lugar a outros, que correspondam melhor as necessidades de crenças da época. O zarôlho Votã a a amorosa Freia, com as mãos douradas da vida, não passam de sombras de épocas desaparecidas, que nenhum “mito do século vinte” pode ressuscitar. Por isso era a ilusão de um “novo cristianismo alemães sôbre bases germânicas” tão absolutamente absurda e destituída de espírito.

Não foi de modo algum o caráter reacionário e violento da política de Hitler que provocou por parte de centenas de sacerdotes católicos e protestantes a resistência ao *Geichschaltung* da Igreja, foi a certeza de que essa empresa desmiolada tinha que naufragar inevitavelmente, e o haver bastante inteligência para não tomar uma responsabilidade que só poderia ser funesta para a própria Igreja. O

que adiantou para os representantes do Terceiro Reich encerrar os sacerdotes refratários nos campos de concentração e exterminar, num dia sangrento, à maneira de *gangsters*, alguns dos mais renomeados representantes do Catolicismo alemão? Não puderam conjurar a tempestade e finalmente houveram que ceder. Hitler, a quem fôra dado exterminar em algumas semanas o movimento operário alemão, que contavam milhões de aderentes, viu-se então às voltas com a primeira resistência, contra a qual Votão não o poderia ajudar.

De maneira ainda mais grotesca que na Itália fascista maduraram as cousas na Rússia sob a famosa *Ditadura do Proletariado*. Quando apareceu a primeira edição desta obra, em 1936, tinha ainda significação na "pátria vermelha do proletariado" o aforismo de Marx segundo o qual a "religião era o ópio do povo", e a *Liga dos Ateus* lançava mão de todos os meios para disso persuadir o povo. Desde então, o Govêrno restaurou a Igreja em seus direitos e reconheceu o patriarca Sérgio como chefe da Igreja Ortodoxa Russa. A *Liga dos Ateus* foi liquidada e não está mais a perturbar a paz entre Estado e Igreja. E ainda há mais: a *Internacional* deixou de ser o hino nacional do povo russo. Coube ao internacionalismo dos verlhos bolcheviques ceder lugar às consi-

derações nacionais, e, nos novos livros escolares para a juventude, são déspotas como Ivã, o Terrível e Pedro o Grande festejados como defensores dos interêsses nacionais.

Mas a Igreja Ortodoxa com os seus cem milhões de crentes, que igualmente possui grande aderência na Rumânia, na Bulgária, na Sérvia e na Grécia, é para as aspirações políticas de poder sequaz cuja fôrça um político realista tão frio quanto Stalin bem sabe apreciar. Da mesma forma que Mussolini, reconheceu êle também como Voltaire que, se deus não existisse, seria necessário inventá-lo. Se já não para o triunfo da Igreja, bem como fundamento psicológico para a providência terrena do Estado, por muito que êsse Estado se denomine uma *ditadura proletária*.

★

★ ESTE LIVRO FOI CONFECCIONADO  
NAS OFICINAS DA EMPRESA GRAFICA DA  
"REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA., A RUA  
CONDE DE SARZEDAS, 38, SÃO PAULO,  
PARA A  
"ORGANIZAÇÃO SIMÕES" EDITORA — RIO  
EM 1956.

★